



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS DA COSTA

**A CONTRIBUIÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL:
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA DO EDUCANDO COMO CIDADÃO
APRENDENTE**

Vitória - ES
2023

LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS DA COSTA

**A CONTRIBUIÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL:
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA DO EDUCANDO COMO CIDADÃO
APRENDENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, na linha de pesquisa Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Meri Nadia Marques Gerlin
Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Pereira dos Santos

Vitória – ES
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C837c Costa, Lidiane Rodrigues dos Santos da, 1982-
A contribuição educativa da biblioteca escolar no contexto da
educação infantil : aprendizagem ao longo da vida do educando
como cidadão aprendente / Lidiane Rodrigues dos Santos da
Costa. - 2023.
116 f. : il.

Orientadora: Meri Nadia Marques Gerlin.
Coorientador: Sergio Pereira dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Biblioteca Escolar. 2. Educação Infantil. 3. Aprendizagem
ao longo da vida. 4. Ciência da Informação. 5. Educação. 6.
Aprendizagem. I. Gerlin, Meri Nadia Marques. II. Santos,
Sergio Pereira dos. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 001

LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS

A CONTRIBUIÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA DO EDUCANDO COMO CIDADÃO APRENDENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, mediação e uso da informação.

Aprovada em 30 de março de 2023.

[assinatura digital]

Profa. Dra. Meri Nadia Marques Gerlin
Orientadora

[assinatura digital]

Prof. Dr. Sérgio Pereira dos Santos
Coorientador - PPGE/UFMT

[assinatura digital]

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva
PPGCI/UFES

[assinatura digital]

Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit
DEB/UFMA

[assinatura digital]

Prof. Dr. Uillian Trindade Oliveira
PPGE/UFOB





Folha de aprovação - Lidiane

Data e Hora de Criação: 15/05/2023 às 19:12:58

Documentos que originaram esse envelope:

- Folha de aprovação - Lidiane.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 3c15c6257972b9d07a22a49620019aca0989e4d57e49352a2f6e9abacac2baf2

[SHA512]: df5778818a063732ef8ac1dda591158a9907a1b633f8e1d166fe6381d811f8a29f16e241c605fd9f5518bec06430a9090bfce7e8cc004238771c9c43cb26355

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Meri Nadia Marques Gerlin (meri.gerlin@ufes.br)

Data/Hora: 15/05/2023 - 19:25:37, IP: 187.36.175.237, Geolocalização: [-20.274181, -40.284218]

[SHA256]: 31edd8f2468905a78a0217f593b771ca277610c2efd6277d61f8bf4a91903c28



ASSINADO - Sérgio Pereira dos Santos (santosdialogos@gmail.com)

Data/Hora: 16/05/2023 - 00:58:11, IP: 179.217.101.3

[SHA256]: 8a02229e7c645513e9786f53941ddc7ce7e27636e7e1fdc940a90b7080e54c39



ASSINADO - Luiz Carlos da Silva (luiz.c.silva@ufes.br)

Data/Hora: 16/05/2023 - 01:14:24, IP: 187.36.167.107, Geolocalização: [-20.348928, -40.383283]

[SHA256]: f9073b671ea7e154fb16af0a8bca5221cb5f07874b60880e5efc15453ffa023c



ASSINADO - Aldinar Martins Bottentuit (am.bottentuit@ufma.br)

Data/Hora: 16/05/2023 - 06:16:56, IP: 177.47.38.127, Geolocalização: [-2.5460736, -44.200755]

[SHA256]: 40a5429595924755daebe7ad33bfa652a1b81952707e5218ea3bf4c475783bfb



ASSINADO - Uillian Trindade Oliveira (uillian.oliveira@ufob.edu.br)

Data/Hora: 16/05/2023 - 14:51:53, IP: 177.234.183.94, Geolocalização: [-13.392372, -44.197203]

[SHA256]: d3e64775584fa25232af218b83a0236b2d0d6424cd70f545e68e7c06847732e5

Histórico de eventos registrados neste envelope

16/05/2023 14:51:53 - Envelope finalizado por uillian.oliveira@ufob.edu.br, IP 177.234.183.94
16/05/2023 14:51:53 - Assinatura realizada por uillian.oliveira@ufob.edu.br, IP 177.234.183.94
16/05/2023 14:51:46 - Envelope visualizado por uillian.oliveira@ufob.edu.br, IP 177.234.183.94
16/05/2023 06:16:56 - Assinatura realizada por am.bottentuit@ufma.br, IP 177.47.38.127
16/05/2023 01:14:24 - Assinatura realizada por luiz.c.silva@ufes.br, IP 187.36.167.107
16/05/2023 01:14:13 - Envelope visualizado por luiz.c.silva@ufes.br, IP 187.36.167.107
16/05/2023 00:58:11 - Assinatura realizada por santosdialogos@gmail.com, IP 179.217.101.3
15/05/2023 20:28:31 - Envelope visualizado por santosdialogos@gmail.com, IP 200.129.246.139
15/05/2023 19:25:37 - Assinatura realizada por meri.gerlin@ufes.br, IP 187.36.175.237
15/05/2023 19:25:32 - Envelope visualizado por meri.gerlin@ufes.br, IP 187.36.175.237
15/05/2023 19:18:07 - Envelope registrado na Blockchain por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.103
15/05/2023 19:18:06 - Envelope encaminhado para assinaturas por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.103
15/05/2023 19:12:58 - Envelope criado por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.103

“Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas”.

Paulo Freire

Dedico a construção dessa dissertação...

Aos meus pais que com tanto amor me auxiliaram e por me suportarem.

Ao meu marido e filhos pelo amor, paciência e por não medirem esforços para me fazer feliz.

Aos meu irmão, sobrinho e cunhada por estarem sempre presentes na minha jornada.

Aos meus amigos pelo suporte nos momentos difíceis.

Amo vocês profundamente!

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por me sustentar e por não permitir a minha desistência.

A minha maravilhosa orientadora Dra. Meri Nadia Marques Gerlin, por ter me acolhido com empatia e afeto.

Ao coorientador Dr. Sérgio Pereira dos Santos, pelas sábias palavras e pelo apoio no momento em que mais precisei.

Ao Dr. Luiz Carlos Silva pelo carinho, pelos ensinamentos e pelas palavras de incentivo e resistência.

Ao Dr. Uillian Trindade, pela amizade, pela elegância e disponibilidade em compor a minha banca.

A Dra. Maria Cristina Figueiredo Aguiar pela amizade, e pelos momentos de Socorro Deus!

Aos meus pais, pois sem eles eu nada seria.

Ao meu super esposo Edimar e filhos por serem meu refúgio e maiores incentivadores.

A amiga Joanicy Leandra por estar sempre ao meu lado.

A minha amiga Marcela Coelho pelo apoio e orações.

E a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

A importância dos espaços culturais, como as bibliotecas escolares na Educação Infantil é colocada em questão, ao mesmo tempo, em que questionamos como a interação das crianças com as literaturas (fábulas, contos, poesias etc.) podem contribuir para o seu desenvolvimento social e educacional da criança nesta fase da educação formal. Esse estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da biblioteca escolar no contexto da educação infantil e para a aprendizagem ao longo da vida do educando. Quanto aos objetivos específicos propõe: levantar literatura científica sobre as temáticas da pesquisa representadas pelas categorias de análise: “Ciência da Informação e Educação” e “Informação, biblioteca e educação infantil”; conhecer a historicidade da biblioteca escolar no Brasil e a importância dos bibliotecários nelas atuantes, com as suas potencialidades para a formação do cidadão na infância; identificar as instituições de ensino público da educação infantil em que existam bibliotecas localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV); e analisar, à luz da legislação, os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem das instituições escolares que possam contribuir com a educação infantil. Esta pesquisa qualitativa é classificada como exploratória quanto aos objetivos, e quanto aos procedimentos, se constitui como “bibliográfica e documental”. Para isso, foram consultadas obras teóricas de pesquisadores da Ciência da Informação e da Educação como Aida Varela e Paulo Freire, bem como foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), assim como consultamos livros e obtivemos nos Documentos educacionais diretivos como: PNE, BNCC, DCNEI, LDB e IFLA. Apesar do documento da educação infantil da BNCC, e as DCNEIs não preverem a existência ou o uso de espaços como a BE nas instituições de ensino infantil, na prática cotidiana, é extremamente possível desenvolver planejamentos de atividades pedagógicas envolvendo o uso dos recursos pertinentes a esse espaço e, principalmente, que contemplem os requisitos relacionados aos campos de experiências destinados à educação infantil. Pudemos, também, observar a relevância das legislações normativas, como a BNCC, e as DCNEIs para o processo de ensino e a aprendizagem das crianças matriculadas na educação infantil, assim como para

os conteúdos curriculares a serem contemplados nesta etapa de ensino. O acesso a materiais literários, assim como o acesso dos mesmos a ambientes adequados para acessá-los, com a mediação de um profissional bibliotecário é, e sempre será de grande valia para uma melhor formação ao longo da vida, assim como na prática cidadã das crianças que frequentam bibliotecas escolares na educação infantil, porém, essa possibilidade nos parece um tanto distante.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Biblioteca escolar; Aprendizagem ao longo da vida; Interdisciplinaridade; Ciência da Informação.

ABSTRACT

The importance of cultural spaces such as school libraries in Early Childhood Education is questioned, at the same time that we question how children's interaction with literature (fables, short stories, poetry, etc.) can contribute to their social and educational development of the child at this stage of formal education. This study has the general objective of analyzing the contribution of the school library in the context of early childhood education and for learning throughout the student's life. As for the specific objectives, it proposes: Survey scientific literature on the research themes represented by the analysis categories: "Information Science and Education" and "Information, library and early childhood education"; Knowing the historicity of the school library in Brazil and the importance of librarians working in them, together with their potential for the formation of citizens in childhood; Identify the Public Teaching Institutions of Early Childhood Education in which there are libraries located in the Metropolitan Region of Greater Vitória (RMGV); and To analyze, in the light of the legislation, the pedagogical processes of teaching and learning of school institutions that can contribute to early childhood education. This qualitative research is classified as exploratory in terms of objectives, and in terms of procedures it is constituted as "bibliographic and documental". For this, theoretical works by Information Science and Education researchers such as Aida Varela and Paulo Freire were consulted, as well as searches were carried out in the following databases: Google Scholar, References of Journal Articles in Information Science (BRAPCI) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD – IBICT), as well as we consulted books and obtained directive educational documents such as: PNE, BNCC, DCNEI, LDB and IFLA. Although the BNCC's early childhood education document and the DCNEIs do not provide for the existence or use of spaces such as BE in early childhood education institutions, in everyday practice it is extremely possible to develop plans for pedagogical activities involving the use of resources relevant to this space and, mainly, that they contemplate the requirements related to the fields of experiences destined to early childhood education. We were also able to observe the relevance of normative legislation such as the BNCC and the DCNEIs for the teaching and learning process of children enrolled in early childhood education, as well as for the curricular content to be covered in this teaching stage. Access to literary materials, as well as their access

to suitable environments to access them, together with the mediation of a professional librarian, is, and always will be, of great value for better training throughout life, as well as in practice. citizenship of children who attend school libraries in kindergarten, but this possibility seems somewhat distant to us.

Keywords: Child education; School library; Lifelong learning; Interdisciplinarity; Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Profissionais bibliotecárias precursoras durante o período de 1930 a 1950	43
Figura 2 - Biblioteca Infantil	44
Figura 3 - Biblioteca Infantil	45
Figura 4 - Competências Gerais da Educação Básica	70
Figura 5 - acervo da Biblioteca	74
Figura 6 - Evento na biblioteca Municipal de Vitória	75
Figura 7 - Cantinho da Leitura	78
Figura 8 - Árvore do livro	78
Figura 9 - Maleta da leitura	79
Figura 10 - Momento Literário	79
Figura 11 - Momento Literário	80
Figura 12 - Sala de Leitura	81
Figura 13 - Sala de leitura de uma determinada escola municipal da RMGV	82
Figura 14 - Sala de leitura de uma determinada escola municipal da RMGV	82

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BE	Bibliotecas Escolares
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
DCNEIs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DCNEI	Diretrizes Nacionais da Educação Infantil
DNE	Departamento Nacional de Ensino
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ES	Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFLA	<i>A International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	Lei de acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Base
MAES	Museu de Arte do Espírito Santo
MEC	Ministério da Educação
MUCANE	Museu do Negro
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEBES	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

PSL Partido Social Liberal

RMGV Região Metropolitana da Grande Vitória

STF Superior Tribunal Federal

UFES Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Dos caminhos trilhados às estratégias metodológicas pensadas na realização da pesquisa	20
2 DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO UM ESPAÇO HÍBRIDO DE FORMAÇÃO	25
2.1 Educação e Biblioteca escolar: a importância da Educação e da informação na formação cidadã brasileira	30
3 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	41
3.1 Educação Infantil e Bibliotecas Escolares: a influência dos bibliotecários nessa etapa da educação	47
4 PARÂMETROS PARA PENSAR O USO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: À LUZ DA TEORIA E DA LEGISLAÇÃO ALGUMAS POSSIBILIDADES	54
4.1 A educação infantil no campo da experiência da biblioteca escolar no Brasil e na Região Metropolitana da Grande Vitória: uma pesquisa em desenvolvimento	67
4.1.1 Vitória	74
4.1.2 Cariacica	76
4.1.3 Serra	80
4.2 Análise dos dados em busca de resultados	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	99
ANEXO A – PL 4003/2020	100
ANEXO B – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA	102
ANEXO C – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA	104
ANEXO D – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE	

SERRA	106
APÊNDICES	107
APÊNDICE A – LISTA DE CMEI DO MUNÍCIPIO DE CARIACICA	108
APÊNDICE B – LISTA DE CMEI DO MUNÍCIPIO DE VITÓRIA	110
APÊNDICE C – LISTA DE CMEI DO MUNÍCIPIO DE SERRA	113

1 INTRODUÇÃO

“Escrevo porque à medida que escrevo vou me entendendo e entendendo o que quero dizer, entendo o que posso fazer.

Escrevo porque sinto necessidade de aprofundar as coisas, de vê-las como realmente são...”

(Clarice Lispector)

O desenvolvimento de uma pesquisa técnico-científica está geralmente ligado ao tema que mais toca e/ou incomoda o sujeito que a realiza (SANTOS, 2014). Deste modo, início, a minha apresentação como pesquisadora, ao revelar que sou uma mulher negra, moradora de periferia, mãe de dois filhos, arquivista, pedagoga, professora da educação básica e, por conseguinte, sou fruto de um processo de formação realizado no ensino público. Ensino este, em que tive a oportunidade de ingressar profissionalmente como pedagoga e professora em instituições de ensino Fundamental I (Anos Iniciais) e ensino infantil.

Apesar de possuir uma origem humilde, e os meus pais terem frequentado até certa parte do ensino primário (atual Ensino Fundamental I), sempre tive paixão pela leitura. Mesmo sem saber ler, eu gostava de brincar de escola com as minhas primas mais velhas, e pedia incansavelmente para elas lerem revistas em quadrinhos, livros e o que mais aparecesse, pois amava escutá-las narrando as histórias.

Logo que fui matriculada na escola, fiquei encantada por poder adentrar no mundo do conhecimento. Entretanto, os livros sempre foram objetos caros para se ter, e o meu pai comprou uma coleção de enciclopédias maravilhosa. Em decorrência, minha casa se tornou uma espécie de biblioteca, onde meus colegas de escola, parentes e alguns vizinhos frequentavam para realizarem as suas pesquisas escolares.

Foram nestes livros que a minha mãe deu início ao meu processo de alfabetização e, quando finalmente aprendi a ler, não consegui parar mais. Contudo, com o passar do tempo, os livros da minha casa já não me bastavam, até que na escola começaram a emprestar os poucos livros de histórias infantojuvenis que ali havia, pois bibliotecas escolares e salas de leitura não eram comuns nas instituições educativas e comunitárias do bairro em que eu morava.

Enfim, o tempo passou, tornei-me mãe e, também, uma profissional da informação e da educação, momento em que tive a satisfação de realizar um dos meus grandes

sonhos: atravessar a antiga passarela, e adentrar nos portões da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como estudante do curso de graduação em Arquivologia. Durante a minha trajetória como universitária, atuei na área da informação, no início, como estagiária no arquivo da Prefeitura Municipal de Serra e, mais tarde, como auxiliar de arquivo numa empresa prestadora de serviços em arquivos da Petrobras, posteriormente, como auxiliar administrativo em outra empresa de prestação de serviços.

Nessa época, sempre considerei pertinente que o meu filho tivesse acesso aos livros desde cedo, e todos os meses, separava uma cota para gastar com livros infantis nos sebos que conhecia. Um tempo depois da minha formatura como arquivista pela UFES, engravidei pela segunda vez e, após o nascimento do meu segundo filho, acabei ingressando e graduando-me no curso de Pedagogia. Entretanto, durante o período da minha segunda graduação, já pude adentrar na educação, atuando como professora em arquivologia em cursos técnicos ofertados pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

Ao longo dos anos, e já atuando como professora nas etapas do ensino infantil e fundamental I, acabei adotando o uso de livros de literatura nas minhas aulas (livros estes, inicialmente ofertados por mim, do acervo particular dos meus filhos), devido à escassez de determinados títulos que atendessem à proposta de ensino e à faixa etária dos educandos da época. Como pedagoga, em seguida, busquei incentivar os docentes, assim como os discentes a usufruírem das salas de leitura, Bibliotecas Escolares (BE), e do apoio fornecido por seus profissionais bibliotecários.

Como professora do ensino fundamental I, é muito comum na minha práxis cotidiana a utilização das salas de leituras das instituições de ensino. Para meus alunos, em aulas diferenciadas, ressalto que até o momento, eu não tive o prazer de lecionar em escolas onde existam BE. Considero de extrema relevância que os educandos da educação infantil tenham acesso às literaturas, e este acesso, deve ser muito maior do que o ínfimo, por vezes, desatualizado acervo de livros que compõem o cantinho da leitura localizado na sala de aula.

Deste modo, por inúmeras vezes, pude acompanhar de perto as dificuldades no processo de transição de inúmeras crianças da educação infantil para o ensino fundamental, e perceber que a falta de intimidade e gosto destas crianças pela leitura,

influenciando na transição para os livros didáticos pertinentes à etapa a seguir. Foi observando esse último fato, que surgiu a minha inquietação sobre a necessidade da existência das BE na educação infantil e a importância da acessibilidade dos seus acervos literários na formação para a vida e para entendimento da cidadania dos educandos pertencentes a esta etapa do ensino.

Da mesma forma que o acesso à educação e as informações contidas nos livros permitiram transformar a minha vida, eu acredito que possa fazer o mesmo com as demais pessoas, e apenas com ações efetivas será possível fazer a diferença na nossa atuação diária como educadores. Esta breve apresentação memorialística, objetiva contextualizar o meu interesse e comprometimento para com a temática deste estudo. Sendo assim, damos seguimento, utilizando neste texto introdutório, a primeira pessoa do singular e, em alguns momentos, a terceira pessoa se sobressai devido à influência dos diálogos estabelecidos com os autores que li, e com os meus orientadores, demais docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFES.

É nesta perspectiva de trabalho dialógico que nasce a nossa problemática, ao, entendemos a Biblioteca Escolar (BE) como um espaço acolhedor e incentivador da aprendizagem, da criatividade e do conhecimento: Qual é a contribuição educativa da biblioteca escolar no contexto da educação infantil e para a aprendizagem ao longo da vida do educando?

E, em seguida, estabelecemos como objetivo geral: *analisar a contribuição da biblioteca escolar no contexto da educação infantil e para a aprendizagem ao longo da vida do educando*. Por conseguinte, os objetivos específicos são:

- ✓ *Levantar literatura científica sobre as temáticas da pesquisa representadas pelas categorias de análise: “Ciência da Informação e Educação” e “Informação, biblioteca e educação infantil”.*
- ✓ *Conhecer a historicidade da biblioteca escolar no Brasil, e a importância dos bibliotecários nelas atuantes, juntamente com as suas potencialidades para a formação do cidadão na infância;*
- ✓ *Identificar as instituições de ensino público da educação infantil em que existam bibliotecas localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)*

✓ *Analisar, à luz da legislação, os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem das instituições escolares que possam contribuir com a educação infantil.*

Em vista que esta pesquisa pretende geral analisar a contribuição educativa da biblioteca escolar no contexto da educação infantil, para a realização deste trabalho de dissertação de mestrado situado na área da Ciência da Informação (CI) e áreas interdisciplinares, senti-me à vontade para cometer uma pequena “transgressão” com relação à ordenação das seções do mesmo e, na sequência, optei por iniciá-lo pelo caminho metodológico percorrido, e aqui, minha jornada de relatar os resultados que obtive como pesquisadora se inicia. Deste modo, a nossa¹ pesquisa é de natureza social aplicada, e o tipo de pesquisa adotado é a exploratória, pois a mesma, segundo Gondar e Ferreira (2019), manifesta-se do exercício fundamentado em procedimentos técnicos, que nos possibilita retornar ao ato com uma visão mais atualizada.

1.1 Dos caminhos trilhados às estratégias metodológicas pensadas na realização da pesquisa

Alice perguntou: Gato Cheshire... pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?

Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.

Eu não sei para onde ir! – disse Alice.

Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.

Alice no País das Maravilhas

(Lewis Carroll)

A falta de conhecimento sobre qual caminho a ser seguido apresentado pela personagem de “Alice no País das Maravilhas” é algo extremamente arriscado e, se trazido para a realidade, capaz de nos conduzir a resultados equivocados, ainda mais quando contextualizamos tal situação no campo da pesquisa científica. Para Bastos e Keller (1995, p.53) “[...] a pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto para esclarecer aspectos em estudo.” Assim, com o intuito

¹ A partir desse momento utilizarei apenas a terceira pessoa do singular devido a produção acadêmica ser guiada por diálogos com os autores e sujeitos com os quais estabeleci contato.

de evitarmos futuros percalços, um caminho para a realização de uma pesquisa científica deve ser previamente traçado a iniciar pelo método científico.

De acordo com Moreira e Ostermann (1993), o método científico pode ser entendido como um mecanismo prático, fidedigno que nos conduz ao entendimento, ou seja, resume-se a uma seleção de elementos por meio da análise e testes meticulosos, que darão origem a normas e conceitos intermediados por procedimentos racionais. Desta maneira, podemos interpretar que o método científico é o uso de um conjunto de recursos lógicos que facilitam o entendimento de algo ou de alguma coisa.

Mattar (1999) explana que a pesquisa exploratória auxilia no estabelecimento das preferências pertinentes ao estudo, em detrimento a outros temas. Enquanto Cervo e Bervian (1996) complementam que os estudos exploratórios são habitualmente os primeiros movimentos relativos ao procedimento da pesquisa por sua técnica e ajuda nas elaborações de conjecturas relevantes a estudos futuros.

Cervo e Bervian (1996) pontuam ainda que as pesquisas exploratórias não concebem pressupostos a serem experimentadas nas atividades, se limitando no estabelecimento de propósitos e na procura de informações relevantes sobre a temática a ser estudada. Enquanto Vergara (2000) salienta que os estudos exploratórios não possibilitam a formação de suposições, devido a seu cerne investigativo, entretanto, o autor não descarta possibilidade de haver futuras elaborações ao longo do estudo e/ou na finalização deste

Com base nos autores apresentados, podemos entender que a pesquisa exploratória é relevante para elucidar fatos relativos à temática proposta, sem esquecermos do seu enfoque qualitativo. Para Minayo (2014), a apuração qualitativa exige como procedimentos essenciais, a princípio, a versatilidade, uma perícia interativa e investigativa com a equipe de pesquisadores, assim como, com os agentes que permeiam o estudo.

Flick (2009) ressalta que a singularidade elementar da pesquisa qualitativa se apoia na definição de procedimentos apropriados e conceitos indispensáveis ao “reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos” (FLICK, 2009, p.23).

Concluindo, a pesquisa qualitativa é de extrema relevância no processo de raciocínio e compreensão dos dados pelo pesquisador.

Esta pesquisa qualitativa é classificada como exploratória quanto aos objetivos, e quanto aos procedimentos, se constitui como “bibliográfica e documental”. Conforme pode-se observar no Quadro 1, os autores e documentos normativos citados colaboram para o intuito desta pesquisa, evidenciar como o acesso das crianças às BE, durante a educação infantil, pode favorecer o processo de desenvolvimento social e de aprendizagem ao longo da vida. Destaca-se a contribuição da literatura infantil nessa etapa de formação da criança, que necessita aprender ao longo da vida, ou seja, continuamente em todas as etapas do processo educativo.

Quadro 1: Temas Norteadores com as referências teóricas e documentais

Interdisciplinaridade na CI	Aprendizagem ao Longo da Vida	Educação e Educação Infantil	A Criança e a leitura na BE	Literatura Infantil na Educação	Bibliotecas, BE, Bibliotecas Infantis E Cultura	Cidadania e Informação
Saracevic (1995)	Lei de Diretrizes e Base (LDB) e esta garantia foi incluída no ano de 2018, pela lei 13.632.	Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009)	Freire (1989)	Camargo (1995)	Silva, Souza e Moraes (1999)	Varela (2007)
Gerlin e Simeão (2017)	Educação: um tesouro a descobrir da UNESCO (2010)	BNCC (BRASIL, 2018)	Yunes (2009)	Stocker (2017)	Santos (2015)	Queiroz (2016)
Japiassú (1976)	Páscoa (2017, p.52)	Lei de Diretrizes e Base (LDB)	Bagnasco (2014)	Bajour (2012)	Reyes (2008)	Souza (1994)

Pombo (2005)	Unesco Institute for Lifelong Learning (2015)	-----	BNCC (BRASIL, 2018)	-----	Campello (2008)	Targino Agora (1991)
-----------------	---	-------	---------------------------	-------	--------------------	----------------------------

Fonte: Produção própria, 2022.

Inicialmente, nos utilizamos da pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento do nosso estudo, pois de acordo com Andrade (2010, p.25), as “[...] pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões.” Ou seja, além da pesquisa bibliográfica ser imprescindível para a realização da pesquisa exploratória, ela contribui para nortear os possíveis questionamentos a serem elaborados, além de atualizar os estudos sobre a temática preterida.

Tal afirmativa vai ao encontro da definição de pesquisa bibliográfica explicitada por Marconi e Lakatos (2005) que a visualizam como uma síntese que engloba os estudos mais pertinentes à temática, capazes de ofertar informações recentes e relevantes ao estudo proposto. Marconi e Lakatos” (2005. p.160) observam que “o estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.”

Durante o nosso estudo, nos utilizamos dos seguintes recursos como as bases de dados: Google Acadêmico, Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), assim como consultamos livros e obtivemos nos Documentos educacionais diretivos como: PNE, BNCC, DCNEI, LDB e IFLA.

O levantamento bibliográfico e documental obtidos por meio da presente pesquisa abarca estudos em língua portuguesa, espanhola e inglesa realizados no período entre os anos 2012 e 2021. Os parâmetros booleanos utilizados foram: OR, AND, “”, + e com o uso dos seguintes termos de busca: Educação Infantil; Biblioteca Escolar; Biblioteca infantil; Literatura infantil; Aprendizagem ao longo da vida.

Como pedra basilar do nosso referencial teórico, a princípio, elegemos os autores Paulo Freire (2002;1996) e Tefko Saracevic (1999;1995), pois apesar dos autores pertencerem a campos de estudos diferentes, seus estudos são elementares

à nossa temática. Pois, enquanto Paulo Freire (2002;1996) nos mostra as possibilidades e a esperança contida em uma educação libertadora, ele também nos auxiliará no entendimento do conceito de aprendizagem ao longo da vida, Tefko Saracevic (1995), por meio da sua visão interdisciplinar da CI, nos convida a sair do óbvio e ousar a pensar nas inúmeras possibilidades que os estudos em Ciência da Informação podem atuar ou simplesmente nos levar.

Durante o desenvolvimento do referencial teórico, também abordamos obras de autores como Anísio Teixeira (1976;1967), Lourenço Filho (1946), Rasteli, Caldas e Botelho (2016), para assim, clarificar os percursos históricos das bibliotecas escolares na educação brasileira, assim como nos documentos normativos LDB, BNCC, IFLA, DCNs, CF/88, Lei 12.244, documentos estes que orientam, tanto a educação no Brasil, quanto a estruturação das BE.

Seguindo esta mesma perspectiva, dialogamos com as obras dos autores Soares (2001), Rodrigues (2013), Felix e Duarte (2015), Ely (2003/2004) e Coelho (2021) no intuito de compreendermos o papel da educação infantil, assim como as atribuições da BE, com os seus profissionais bibliotecários.

Expandimos o nosso estudo inserindo obras nacionais e internacionais relevantes ao tema, pois autores como Power (1930), Prosic-Santovac (2015) e Akanwa; Ojeabulu e Okorie (2018), apesar da longa distância temporal existente entre seus trabalhos, destacam a importância do acesso das crianças desde cedo ao ambiente das bibliotecas, assim como a pertinência das literaturas para a formação cidadã destes sujeitos. Nesse sentido, Varela (2007), auxilia no processo de refletir sobre a importância da informação no desenvolvimento da cidadania.

Os autores Machado (2015), Brito e Pacheco (2018) confluem em suas obras sobre os benefícios das literaturas e das narrativas para a aprendizagem significativa, e como elas contribuem de maneira educativa da imaginação e Ferraz (2008) pontua que a leitura mediada pode despertar o sujeito para a leitura autônoma, ou seja, gerar futuros leitores.

Nesta seção fora apresentada uma exposição de motivos (texto memorialístico) para a realização da pesquisa e, por conseguinte, a problemática e um conjunto de procedimentos metodológicos (pesquisa exploratória, bibliográfica e documental), que permitem buscar na literatura científica e em documentos parâmetros para a sua realização em permanente constituição.

2 DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO UM ESPAÇO HÍBRIDO DE FORMAÇÃO

“A orientação inicial que alguém recebe da educação também marca a sua conduta ulterior.”

(Platão)

Para o desenvolvimento deste estudo, pensamos sobre a importância do acesso aos espaços culturais como as BE, que, potencialmente, são frequentados pelas crianças na etapa da Educação Infantil. Ao mesmo tempo, questionamos como a interação delas com as literaturas (fábulas, contos, poesias, etc.) disponíveis nas bibliotecas, e voltadas a este público, podem contribuir para o seu desenvolvimento social e educacional, ao influir na sua aprendizagem ao longo da vida.

Ao evidenciarmos os entrelaçamentos existentes entre a Ciência da Informação (CI) e a Educação, refletimos que ocorre por meio de suas relações inter e transdisciplinares. Japiassu (1976), define a interdisciplinaridade como a proposição de interesses coletivos de um determinado conjunto de diferentes áreas de estudos, onde suas conexões e níveis hierárquicos são pré-definidos em prol de um objetivo.

O autor também expõe que a transdisciplinaridade é “[...] a coordenação das disciplinas e das interdisciplinas do sistema de ensino inovado sobre a base de uma axiomática geral” (JAPIASSÚ, 1976, p.74).

Para Pombo (2005), a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade possuem o mesmo cerne, já que são as disciplinas e seus sufixos indicam ações mútuas de articulações e transposições do que é específico às disciplinas envolvidas no desenvolvimento de projetos, ou na resolução de problemas. A autora sinaliza que para haver “[...] interdisciplinaridade, é necessário perceber que a nossa liberdade só começa quando começa a liberdade do outro. Ou seja, temos que dar as mãos e caminhar juntos” (POMBO, 2005, p.13). Partindo dessas perspectivas, podemos compreender que independentemente do tipo de cooperação dos inúmeros campos de estudos, tal envolvimento agrega grandes benefícios ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Com relação ao conceito de interdisciplinaridade utilizado na Ciência da Informação, Saracevic (1995) relata que a sua introdução assim como a sua contínua propagação se dá pela diversidade nas formações dos indivíduos e coletivos que

debatem tal problemática. As inúmeras variedades que abarcam tais formações podem colaborar para o desenvolvimento de ações interdisciplinares. Entretanto, a diversidade contemplada pelas formações dos sujeitos que abordam a temática são fomentadores deste sólido atributo interdisciplinar que compõem a Ciência da Informação que surge na metade do século XX.

Gerlin e Simeão (2017) bem como Saracevic (1995) pontuam que a interdisciplinaridade se baseia na resolução de situações adversas pelo diálogo entre os diferentes campos de estudos. Os autores são cautelosos quando afirmam que há muito o que se debater sobre tal temática. A interdisciplinaridade requer também uma abordagem transdisciplinar entre as diversas áreas de estudos e saberes para solucionar problemáticas distintas (GERLIN E SIMEÃO, 2017).

Podemos compreender que o diálogo da CI com os demais campos de pesquisa é imprescindível para a solução de problemas sociais, principalmente, porque a informação e o conhecimento são elementares em todas as áreas de estudos, assim como na Educação. Deste modo, é perceptível que tanto a Educação quanto a CI dialoguem propositivamente sobre o desenvolvimento cognitivo, cultural e social do sujeito.

Dentre uma variedade de temas comuns a essas duas áreas interdisciplinares, destacam-se as contribuições educativas que o acesso informacional possibilitado pela BE pode trazer para as crianças da educação infantil, bem como para a sua aprendizagem ao longo da vida. Sendo assim, esclarecemos e inter-relacionamos alguns conceitos relativos à Educação e à Biblioteconomia, bem como recorreremos à legislação para tal abordagem.

No Brasil, a educação e a aprendizagem ao longo da vida é um direito garantido nos princípios da Lei de Diretrizes e Base (LDB) e esta garantia foi incluída no ano de 2018, pela lei 13.632 (BRASIL, 1996). Conforme o documento Educação: um tesouro a descobrir da UNESCO (2010), a definição de aprendizagem ao longo da vida requer habilidades que estimulem o indivíduo a aprender a aprender, e desta forma, estar apto para enfrentar as diversidades que podem ocorrer na sua vida pessoal ou profissional. Páscoa (2017) afirma que a aprendizagem ao longo da vida perpassa continuamente pelos inúmeros estágios que compõem o desenvolvimento da vida de uma pessoa. Essa aprendizagem deve ser entendida como um processo que ocorre

em diferentes fases do ciclo de vida de cada indivíduo, nos diferentes contextos e espaços da sua atividade.

Segundo a Unesco Institute For Lifelong Learning (UNESCO, 2015), o cerne da aprendizagem ao longo da vida fundamenta-se na junção de temas sobre o aprender e o viver. Tais ensinamentos, abrangem ações de aprendizados que atendam a todas as pessoas independentemente da idade, gênero, condição social e cultural. Deve, então, o sujeito se utilizar de diversas formas e recursos de ensino, seja ele formal, não-formal e/ou informal², pois, o objetivo central é suprir as inúmeras carências relativas à aprendizagem dos indivíduos. Os órgãos de ensino assumem uma conduta de atuação generalista e, ao mesmo tempo, especificista, abarcando desta forma todos os níveis e categorias garantindo, assim, a oferta de possibilidades de aprendizagem a todos os sujeitos.

Com base nestas premissas, podemos compreender que a aprendizagem ao longo da vida é o desenvolvimento gradativo do conhecimento do sujeito. Entretanto, é relevante refletir que apesar do belo discurso apresentado relativo à importância dada à evolução do indivíduo, ainda assim há toda uma influência neoliberal envolvida nestas concepções. Para Moretti (2017), a influência neoliberal no ensino é a intervenção de ideais capitalistas e políticos na Educação, onde alegam o aprimoramento e o acesso desta, porém a um baixo custo visando assim, o fornecimento de mão de obra para o mercado.

Não podemos esquecer que a educação (formal, informal e/ou não-formal) está envolvida em todos os processos relativos à aprendizagem do indivíduo. Gimeno Sacristán (2021) afirma que a educação pode ser compreendida como um dispositivo propagador de conceitos de juízos e conveniências congruentes com os desejos idealizados para o mundo. Tais desejos podem envolver a busca por moldes de sociedades com ideais igualitários, políticos, religiosos e culturais.

Gimeno Sacristán (2021) destaca que a crença otimista está vinculada à educação, pois a representação social da educação varia conforme os grupos que compõem a sociedade. Para muitos, ela se apresenta como a resolução dos seus problemas, como uma forma de se ascender socialmente e outras expectativas de

² Os conceitos relativos aos termos envolvendo a educação formal, informal e/ou não-formal estão disponíveis na subseção 2.1.

melhoria. Entre tantas vantagens que envolve a Educação, podemos citar a possibilidade de melhoria financeira e, conseqüentemente, maiores oportunidades de acessos a serviços de saúde, alimentação, saneamento básico, conhecimento dos seus direitos e deveres, e os inúmeros itens considerados indispensáveis. O que muitos se esquecem é que ela também, pode se tornar instrumento de controle da população por quem está exercendo o poder (governos, famílias, igrejas, indústrias, mercado financeiro, etc.).

Desta forma, estes ideais podem influenciar na afetividade, assim como na conduta dos indivíduos que formarão os futuros cidadãos que atuarão neste coletivo social idealizado. Por isso, o Estado e a religião se mantiveram e se mantêm atuantes nas instituições de ensino, influenciando o sistema educacional conforme os seus interesses que podem ser benéficos ou não para a população que compõem tais sociedades (GIMENO SACRISTÁN, 2021).

Os investimentos a serem atribuídos para a melhoria do sistema educacional de um país vão depender do interesse de quem está no poder. A educação no Brasil, por exemplo, sofreu duros golpes na gestão de Jair Bolsonaro, como o descaso e a falta de investimento nas escolas e nas universidades no período do seu governo (presidente de 2019 a 2022).

Neste governo, além da falta de investimento na educação, uma verdadeira perseguição aos profissionais da educação se inicia sob a égide da “escola sem partido”, onde um furor se ergue entre a massa apoiadora do governo começa um agressivo processo de repressão ao direito de cátedra, assim como a liberdade de expressão dos docentes, no mês de novembro de 2016, o projeto de Lei 7.800/2016³ é aprovado, este projeto estabelece que, os docentes são proibidos de tentar induzir, ou doutrinar os educandos em temáticas de cunho ideológico, religioso e político. Entretanto, tal ato foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal⁴.

Outro ponto a ser considerado relevante é a interferência do escritor Olavo de Carvalho no Ministério da Educação, no qual indicou dois⁵ dos quatro ministros da

³ https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1597432710_leialagoas.pdf

⁴ <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sTF-torna-inconstitucional-lei-alagoana-vinculada-ao-movimento-escola-sem-partido1>

⁵ <https://istoe.com.br/filosofo-conservador-futuro-ministro-da-educacao-quer-valores-tradicionais/>

Educação, entretanto, a ausência de priorização da educação nesta gestão só contribui para o aumento da desigualdade social no país, diminuindo a chance de melhoria de vida dos empobrecidos. Uma vez que a educação pode ser um instrumento de controle, também pode vir a se tornar um recurso para a libertação do sujeito deste controle por meio do ensino crítico. Entretanto, apesar desse breve contexto referente à Educação, não podemos, ou devemos esquecer, a sua ligação com a CI, por meio da interdisciplinaridade pertinente a ambos os campos de atuação.

Saracevic (1995) apresenta uma perspectiva interdisciplinar que nos permite ampliar o leque de visão relacionado ao campo de atuação da Ciência da Informação. A espinha dorsal do nosso estudo, realizado com a contribuição da Educação, encontra-se pautado em uma ótica Freireana, e enfatiza a emancipação do sujeito (FREIRE, 1989;1996;1992; 2002). Esta emancipação crítica pode ocorrer tanto pelo acesso informacional e cultural que uma BE pode ofertar através de suas atividades e recursos, quanto pelos ensinamentos experienciados em sala de aula.

Para Saracevic (1995), a grande demanda informacional que se instaurou no mundo, tornou-se uma problemática humana e social que só o investimento em tecnologias não resolve o problema, evidenciando-se assim a necessidade de ações e procedimentos trans e interdisciplinares para a resolução desses problemas que permeiam a CI. Esse autor conceitua a CI como uma área destinada ao estudo científico e exercício profissional que trata as dificuldades pertinentes à efetiva comunicação do saber e da transcrição destes saberes entre as pessoas dentro de suas circunstâncias coletivas, utilização organizacional e particular relativa às carências informacionais.

Segundo Araújo (2018, p.16), “[...] a ciência da informação tinha por objeto o estudo dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua materialização em diferentes produtos e serviços.” Buscando analisar a informação em seus diferentes contextos na atualidade, percebemos que o seu objeto (a informação) envolve desde a sua criação, o seu uso e a sua destinação final no que se refere à resolução de problemas sociais.

Saracevic (1999) explicita que a informação é algo que implica de modo direto o processo de cognição e apreensão do sujeito contribuindo, desta forma, para a

transformação de sua intelectualidade. Deste modo, é possível perceber que a acessibilidade às informações ministradas na sala de aula e as informações contidas, principalmente, nas obras literárias disponibilizadas nas BE, são imprescindíveis para a educação e a evolução do educando.

Um dos vínculos perceptíveis entre a CI e a Educação envolve o compartilhamento de informações que, com os devidos estímulos, podem promover o conhecimento entre os sujeitos, surgindo a necessidade de estabelecimento de diálogos com a Sociologia, a Filosofia, a Comunicação e outras áreas do conhecimento. Porém, para que essa informação se transforme em conhecimentos, ela perpassa pela subjetividade da aprendizagem do sujeito.

Durkheim (2001) define educação como o ato praticado pelas pessoas mais experientes para com os mais novos, para prepará-los para sua vivência coletiva, fomentando, assim, o progresso da criança até determinado resultado, com relação a sua situação moral, física e intelectual necessários para atuar na sociedade, na política e no grupo específico a qual será destinado.

Para Bruner (1978), o conceito de aprendizagem se refere à estruturação de um conteúdo a ser pesquisado ou a compreensão do fundamento deste conteúdo, de maneira que o indivíduo consiga correlacioná-lo significativamente a outros assuntos ou situações, pertinentes ao seu cotidiano. Pois compreender a fundamentação de uma matéria é entender a sua relação entre os demais elementos, aprender a estrutura, em suma, é aprender como as coisas se relacionam entre si e entre os outros.

Bruner (1978) também salienta o comprometimento da escola na preparação dos educandos para as inúmeras situações que permeiam o seu cotidiano social e emocional no decorrer de suas vidas, e este preparo deverá considerar as diversidades existentes nas salas de aula. Sendo assim, podemos concluir que, para ocorrer a aprendizagem, é necessário respeitar a individualidade do sujeito e incitar que este consiga realizar coletivamente as conexões existentes dos conteúdos apresentados com as informações existentes em seu cotidiano ao longo da vida.

2.1 Educação e Biblioteca escolar: a importância do processo educativo e do acesso à informação na formação cidadã brasileira

Baseados nas informações apresentadas anteriormente, compreendemos a importância da relação entre a CI e a Educação no que se refere aos estudos sobre a aprendizagem ao longo da vida, ao incluir no processo de reflexão o acesso à informação nas BE. Varela (2007) ressalta que a informação é um elemento imprescindível para a existência do sujeito em sociedade, pois sem indivíduos, não há sociedade. A autora também pontua que o progresso de um povo se comprova por seus atributos informacionais, e a forma de ordenação e disponibilização da informação, que se encontra conectada à forma de atuação da educação estabelecida no corpo social de cada região brasileira.

Souza (1994) relata que um dos métodos de segregação da população brasileira é o provimento de um escasso ensino emancipador, responsável pela construção de um sujeito. O autor pontua, que a construção de um sujeito crítico não depende de uma escola sem regras, já que a instituição de ensino deve transmitir normas elementares ao seu aprimoramento. Deste modo, o ensino ministrado nas unidades de educação infantil, são imprescindíveis para o processo de desenvolvimento crítico do indivíduo, assim como para que o mesmo possa exercer plenamente a sua cidadania.

Targino (1991) explana que a cidadania é condição atribuída ao indivíduo que compõe um grupo social. Os sujeitos que portam tal condição são considerados iguais nos quesitos relacionados aos privilégios e às responsabilidades relativas a este status. Entretanto, para compreender esta condição cidadã, assim como o ônus e o bônus que a acompanham, é imprescindível uma maior criticidade por parte do sujeito, e a educação e a informação são quesitos relevantes para este aprimoramento. Partindo do princípio, podemos relacionar a prática da cidadania com o acesso informacional, pois é a partir do conhecimento adquirido, pelo contato e uso da informação disponibilizada, que o indivíduo poderá exercer de maneira plena os seus direitos e responsabilidades civis.

Varela (2007) salienta que o acesso à informação é um instrumento elementar para o progresso de todas as áreas do conhecimento, assim como a prática delas, ao ressaltar que a valoração da informação pelo consumidor varia consoante sua precisão. Assim, podemos compreender que quanto melhor forem os predicativos das informações disponibilizadas ao sujeito, maior e melhor será a probabilidade de seu aprimoramento, que poderá ocorrer de maneira individual ou coletiva. Desta forma,

mais uma vez, podemos conectar o papel da escola e da educação na disseminação da informação nas BE, campo de estudo das Ciências da Informação.

Porto (2016, p.300), salienta que “[...] o acesso à informação tem papel de destaque para o desenvolvimento econômico e social e para o exercício da cidadania [...]”. Portanto, a construção da cidadania no sujeito envolve valores, boas atitudes, respeito às pessoas, aos patrimônios públicos e privados, entre outros. Podemos entender a cidadania, como a atitude exercida pelo elemento que está inserido em um espaço urbanizado e de convivência mútua, entretanto, para que esta ação ocorra é imprescindível que haja normas e regulamentos pré-estabelecidos (QUEIROZ, 2016). Desta maneira, o uso da informação em conjunto com as práticas didáticos pedagógicos nas escolas, auxiliam no processo de formação e aprendizagem do sujeito e em sua prática cidadã.

Outro ponto que não deve ser esquecido é a tênue relação do desenvolvimento da cidadania com a formação do indivíduo e sua aprendizagem ao longo da vida. Ato este, que contribui para o aprimoramento da compreensão e do senso crítico do indivíduo, que se mostra cada vez mais ausente em nosso atual cenário social e político. O exposto pode ser refletido pelo ponto de vista das ações ocorridas no dia 08 de janeiro de 2023, momento em que apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram a sede dos Três Poderes, e causaram a depredação do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto, que compõem uma parte relevante do patrimônio do Brasil.⁶

Este ato contribui para percebermos a urgência do aprimoramento da compreensão das informações recebidas e do senso crítico do indivíduo ao lê-las. O movimento bolsonarista é alimentado por informações falsas e descontextualizadas, fato que comprova que as competências e habilidades em informação e educativas são cada vez mais necessárias em nosso atual cenário social e político. Os atos foram fomentados por inúmeras fake news e outros tipos de desinformações envolvendo assuntos relativos ao comunismo, a falta de alimentos, a destruição da família e a perseguição ao cristianismo propagadas de maneira irresponsável por indivíduos insatisfeitos com a vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

⁶ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaes-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml>

Para Silva e Tanus (2019, p.62), “[...] as fakes news são informações fraudulentas, criadas de modo intencional, de forma não sustentável, tendo como principal objetivo obter vantagens, principalmente, política e/ou econômica”. Devido a este tipo de informações falsas, muitos indivíduos tornam-se massa de manobras políticas. Atrelada aos estragos causados pelas fake news, entendemos os meandros da “desinformação” que nada mais é do que, uma informação adulterada e propagada sem nenhuma comprovação de maneira intencional e apelativa envolvendo as convicções e credos individuais, para confundir o raciocínio questionador do sujeito/cidadão, com a sua vida afetada (HELLER; JACOBI; LIMA, 2020). Partindo dessas premissas apresentadas, a solução para diminuir os prejuízos causados pela propagação das informações falsas, ou informações deturpadas é que os órgãos responsáveis busquem a promoção democrática da acessibilidade informacional de qualidade, assim como o ensino para que esse acesso ocorra.

Costa, et. al. (2022), afirmam que a disponibilização da informação só será efetiva de modo equitativo e inclusivo quando as instituições competentes se adequarem para recepcionar e suprir as incontáveis e distintas necessidades da população, como as de cunho material, cognitivo e físico. É com base nestes pressupostos que podemos vislumbrar a relevância do acesso à informação na formação cidadã do indivíduo, tema central para esta pesquisa.

Para adentrarmos na temática deste trabalho, também é necessário compreendermos o que é educação e a sua relevância no desenvolvimento social, visto que a humanidade passou por avanços históricos e sociais até chegar aos moldes hodiernos do que conhecemos por sociedade, assim como a sociedade vem se desenvolvendo no decorrer dos séculos com a educação que segue evoluindo e atuando em prol da evolução humana.

Para Ottonicar; Silva e Beluzzo (2018), a educação necessita oportunizar conhecimentos que facilitem o aprimoramento do indivíduo, de forma que ele se aproprie de habilidades que contribuirão para o seu progresso com relação à conduta, quanto no seu intelecto em seu ambiente educacional, profissional e social. Partindo desta premissa, podemos entender que a educação pode ser incitada a partir das inúmeras situações cotidianas na qual o sujeito está inserido.

Ressaltamos que quando vamos nos referir a assuntos que permeiam a educação, precisamos entender que há dois vieses na qual ela se divide, a saber: a educação formal e educação informal ou não formal. Para maiores esclarecimentos sobre os termos citados, nos pautamos nas definições apresentadas pelos autores Gohn (2006) que fazem uso do termo educação informal e Gadotti (2005) que se refere a educação informal como não formal.

Gohn (2006), afirma que a educação formal é aquela elaborada nas escolas, com matérias determinadas com antecedência, enquanto a educação informal é descrita pela autora como aquela que nos apropriamos em nossas vivências cotidianas, que envolvem tudo que nos cerca, “[...] como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2006, p.1).

Gadotti (2005) afirma que a educação formal é aquela ministrada em instituições de ensino. Segundo o autor, o ensino formal possui características simples e objetiva, e tal ensino nos é apresentado especialmente em instituições de ensinos, como nas escolas e universidades, e este ensino está subordinado a uma norma educacional centrada no currículo, que possui em sua formação uma estrutura categorizada, com procedimentos determinados nacionalmente, e são acompanhadas por instituições supervisoras do Ministério da Educação.

O entendimento de Libâneo (2007) para educação formal conflui com o conceito apresentado por Gadotti (2005), porém, Libâneo (2007) ainda complementa que pode se haver educação formal em atividades educativas, além muro escolar, desde que estas possuam estruturação prévia dos conteúdos e uma intencionalidade, características estas pertinentes a ações didático-pedagógicas.

Para Gadotti (2005), a educação não-formal não segue estruturas hierárquicas pré-estabelecidas, ela é mais generalizada e ocorre de maneira mais simples, seu tempo de duração é mutável, e a certificação destes conhecimentos podem ser gerados ou não. Com relação à educação não-formal, Libâneo (2007) diverge um pouco de Gadotti (2005), pois ele considera que a educação, mesmo sendo informal, ainda possui especificidades intencionais, como a educação formal. Entretanto, seu nível de estrutura e organicidade são baixos se comparados a educação formal.

Independente do contexto formal, informal ou não-formal inerente ao conceito de educação, é inegável que a sua atuação é uma necessidade social, que vem interferindo continuamente no curso da história e do desenvolvimento da sociedade humana, conforme pontua o documento da Unesco (1972, p.51):

Embora pareça estranho, longe de voltar ao passado, a educação aparece como algo inerente às sociedades humanas. Contribuiu para o destino das sociedades em todas as fases de sua evolução; ela mesma não parou de se desenvolver; ela foi a portadora dos mais nobres ideais humanos; é inseparável das maiores conquistas individuais e coletivas da história dos homens, histórias cujo percurso reproduz com bastante fidelidade a educação, com seus tempos gloriosos e seus tempos de decadência, seus impulsos, seu atoleiro, suas confluências e suas antinomias (Tradução nossa).

Conforme a publicação *Aprender a ser: la educación del futuro* da Unesco (1972) atenta para a relação intrínseca entre os avanços educacionais e o progresso da economia ao longo do tempo. Ou seja, a educação e a economia são interativas e se complementam. Entretanto, não podemos ser inocentes ao esquecer do interesse neoliberal existente por de trás das ações da Unesco, relativos à área educacional, pois para Frigotto (2001), esta apreensão com a qualificação humana, nada mais é do que uma nova roupagem da preocupação referente ao fornecimento de mão de obra especializada (capital humano) para o mercado de trabalho.

Frigotto (2001) também salienta que grandes organizações, como a Unesco, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como as instituições de cunho nacional e regional que a eles se vinculam são os autores desta nova aparência referente a teoria do capital humano⁷. Em outras palavras, apesar da educação ser fundamental para a emancipação crítica do sujeito, ela também se torna instrumento de manobra para a manutenção da estrutura social de interesse das grandes organizações.

⁷ Segundo Schultz (1961) é o investimento intencional na capacitação do indivíduo, de forma que o mesmo possa adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para a potencialização de sua produtividade.

SCHULTZ, T.W. Investment in human capital. *The American Economic Review*, v. LI, n. 1, p. 1-17, march. 1961. Disponível em <https://www.ssc.wisc.edu/~walker/wp/wp-content/uploads/2012/04/schultz61.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Contudo, apesar da existência da ação capitalista sobre o tipo de educação que nos é ofertada pelas instituições de ensino, com conteúdo, fundamentado em leis e diretrizes curriculares já pré-estabelecidas por seus órgãos responsáveis. Não podemos subestimar o poder emancipador da educação, da atuação da escola e dos profissionais que incansavelmente trabalham para impactar positivamente, na vida do sujeito, que insiste em buscar algo além, do que lhe é, ou quando lhe é ofertado pelo sistema.

A educação formal e crítica precisa ser iniciada desde cedo, assim como, o acesso e o uso adequado dos recursos educacionais devem ser disseminados pelas bibliotecas escolares, pertencentes às instituições de ensino. Pontuamos que, a existência destas bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino possui respaldo em lei. Para um melhor esclarecimento sobre esta questão, seguimos com uma curta explanação sobre esta temática.

Em 25 de maio de 2010, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 12.244/2010, que determinava a implementação de bibliotecas em todas as instituições de ensino do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, assim como a presença dos seus respectivos profissionais, os bibliotecários, no prazo de 10 anos, o prazo finalizou no ano 2020, e evidências apontam que ainda há muito que se fazer para a plena efetivação do que foi previsto nessa lei no país.

Conforme pontuado, ainda há um grande percurso a ser percorrido com relação à implantação das BE nas instituições de ensino, e as instituições que ofertam a educação infantil, é uma das etapas que mais carecem em relação a ausência de bibliotecas escolares infantis e de bibliotecários especializados.

Esta falta de visão do Estado com relação às BE voltadas para a Educação Infantil se evidencia, ao analisarmos documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs), que só fazem referências sobre as bibliotecas escolares a partir do Ensino Fundamental I.

Devemos nos lembrar, que a lei 12.244 nasceu no ano de 2010, enquanto em 16 de setembro de 2015, nos é apresentada a 1ª versão da BNCC. Concluindo, a BNCC deveria prever o uso das bibliotecas escolares a partir da Educação Infantil, pois seu nascimento foi posterior à implementação da lei 12.244.

Partindo da premissa que quanto mais cedo for o acesso das crianças a ambientes de estímulo cultural e social como a biblioteca, melhor e maior será o seu processo de apropriação da escrita e da leitura quando estes adentrarem no ensino fundamental.

Considerando a importância de se haver um ensino de “qualidade”, no qual se busque propiciar informações e ensinamentos úteis à vida do sujeito, mas para um melhor entendimento, devemos refletir um pouco sobre o uso do termo qualidade, tendo em vista que o mesmo é muito utilizado na área educacional. Conforme com o Dicionário Online de Português (DICIO, QUALIDADE, 2022) “Qualidade é um atributo que designa uma característica boa de algo ou de alguém”, nesta perspectiva, podemos compreender que o termo qualidade está associado a tudo que é bom.

Contudo, Enguita (2001) explana sobre as inúmeras associações do termo qualidade relacionadas às questões educacionais. A qualidade, apesar de sempre estar em pauta na área educacional, nunca havia sido o foco central, pois as questões que envolviam a igualdade ocupavam este posto. Entretanto, quando o termo qualidade assume o protagonismo da pauta educacional, simultaneamente, ele usurpa o lugar, que antes era ocupado pelas interrogações relacionadas à igualdade.

Enguita (2001) nos remete a associação do termo qualidade na educação a questões relacionadas a privilégios e bens materiais, ou seja, o acesso a este tipo de qualidade fica restrito a uma exclusiva minoria. Em outro contexto, a qualidade na área educacional pública se volta para a eficácia do processo, todavia esta eficácia se mantinha atrelada a obtenção de resultados máximos com o mínimo de recursos investidos.

Em outras palavras, podemos concluir que o uso do termo qualidade na educação vem atrelado a questões financeiras, e quando analisamos a nossa atual realidade não estamos alheios a este contexto na educação pública, pois as instituições de ensino da rede pública sobrevivem em constante agonia, tentando ofertar o máximo possível, em uma constante busca para manter os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de maneira satisfatória, com o mínimo de recursos investidos pelo Estado, e nesta balança a igualdade, juntamente com a equidade estão sempre em desvantagem. Tal realidade interfere diretamente na vida dos sujeitos que dependem deste sistema educacional.

Apesar de termos ciência sobre alguns contextos que envolvem o uso do termo qualidade na área educacional, neste estudo, buscaremos preservar um certo polianismo⁸ em seu desenvolvimento, pois o que seria da humanidade sem a perspectiva da esperança?

Freire (1992) salienta que o sonho jamais poderia se concretizar se lhe carecesse o desejo pela emancipação, juntamente com a predisposição para a socialização. Também não sobreviveríamos se nos faltasse a esperança. Ou seja, a esperança é necessária para nos mantermos firmes na luta, por melhores condições de vida, ensino, e o que vier a ser necessário à nossa jornada.

É com base nesta esperança freiriana que nos pautamos para dar significado ao termo qualidade de ensino neste estudo, e é nesse contexto, que entendemos como ensino de qualidade, o ensino que promova a cultura, o gosto pelos estudos, os valores, os bons hábitos para uma educação cidadã dotado de criticidade. Isso torna de suma relevância que todas as crianças tenham a oportunidade de adentrar e explorar os espaços formais de conhecimento desde cedo.

Esta ação vai ao encontro a um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil que são contemplados na BNCC que enfatiza:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2018, p.38).

Segundo a BNCC (BRASIL, 2018), todas as propostas organizadas pelos educadores direcionada aos educandos da educação infantil, deve ser pensada para proporcionar o autoconhecimento, o autocuidado, novas experiências, que abarque a cultura, a produção científica e o acesso às literaturas. Ou seja, apesar da educação infantil não visar a alfabetização do educando, é imprescindível que a mesma promova a interação da criança com as literaturas, culturas e produções científicas.

⁸ Termo relacionado ao livro *Pollyanna*, de 1913, de Eleanor H. Porter, no qual retrata uma menina de nome *Pollyanna*, que sempre busca manter o otimismo realizando uma brincadeira conhecida pelo nome "jogo da felicidade", onde ela incansavelmente procura encontrar um motivo para se alegrar nas diversas situações que lhe ocorrem.

As bibliotecas escolares são evidentemente um ambiente de grande valia para o desenvolvimento das atividades escolares, e devido à sua constituição informacional e cultural, ela também é objeto de estudo para a Ciência da Informação (CI). Outro ponto, que não deve ser esquecido é o vínculo da biblioteca na historicidade da CI, pois foi a partir da década de 1960, que disciplinas pertencentes a CI foram introduzidas no currículo do curso de biblioteconomia (ARAÚJO, 2018).

E a ação de prover o acesso às BE para as crianças que frequentam a educação infantil, além de contribuir para a sua formação ao longo da vida, entra em concordância com as orientações previstas pela BNCC, nas quais se pontuam que haja intencionalidade das práticas pedagógicas voltadas para a educação infantil, salientando que, tais práticas podem ser realizadas em todo ambiente escolar, assim como na Biblioteca Escolar da unidade de ensino, a fim de proporcionar novas experiências a estas crianças.

Enfatizando que a biblioteca escolar e a colaboração institucionalizada entre os bibliotecários e os docentes são imprescindíveis para o desenvolvimento de habilidades informacionais e culturais para os discentes. Visto que muitos dos nossos educandos, principalmente os mais empobrecidos, só possuem acesso aos poucos recursos didático-pedagógicos nas Instituições de Ensino, e as bibliotecas escolares compõem parte destes recursos.

Clarificamos que as atividades desenvolvidas em sala de aula são tão importantes quanto as ações realizadas nas BE para a formação do educando, tendo em vista que ambas se complementam para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da criança. Tornando assim, inviável pensar nas BE, sem pensar nas aulas ministradas em sala de aula, ou na escola como um todo.

Apesar das maiorias da BE do ensino público possuírem uma defasagem com relação aos seus recursos didático-pedagógicos, não podemos deixar de citar a existência de políticas públicas voltadas para a distribuição e manutenção dos acervos destinados a BE. No ano de 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) concebe o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), conforme o MEC, 2022:

[...] tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio.

Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

Com base na afirmativa acima, se é possível constatar que as escolas infantis também são contempladas pelo PNBE, e este fato só reforça ainda mais, os questionamentos relacionados a ausências de BE nas escolas públicas que atendem a esta etapa de ensino, pois além de haver a Lei 12.244/2010, que regulamenta a criação das BE em tais instituições, as mesmas também são atendidas por um programa que busca suprir as demandas relacionadas a formação de seus acervos literários.

Nesta seção, foi exposta a relação interdisciplinar existente entre a CI e a Educação por meio do diálogo entre os pares, documentos normativos e o esclarecimento de conceitos pertinentes ao nosso estudo que abrangem os dois referidos campos de atuação. Assim como, as duas áreas confluem em inúmeros pontos, principalmente no que se refere a formação cidadã e ao desenvolvimento social, cultural e cognitivo do sujeito contribuindo desta maneira, para os ensinamentos ministrados em sala de aula e na BE, de forma que se possa repensar a emancipação crítica deste, que pode ocorrer pelo acesso informacional e cultural que uma BE pode ofertar através de suas atividades e recursos.

3 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Quando eu era criança, quando eu era adolescente, os livros me salvaram do desespero: me convenceram de que a cultura era o mais alto dos valores.”

(Simone de Beauvoir)

Promover a acessibilidade do sujeito a ambientes que motivem o pensamento crítico e a cultura se torna de grande valia. O acesso às BE nas instituições de ensino pode ampliar ainda mais o aprendizado do educando, aprendizado este que se inicia em sala de aula. As bibliotecas são espaços propícios para a promoção da cultura. A função cultural da biblioteca é a realização de atividades que envolvam estímulo e ação cultural, aprimorando a criticidade cultural, incitando a imaginação, atenção, expressão e a habilidade de raciocínio, conforme pontuado por Silva, Souza e Moraes (1999).

Com relação às bibliotecas como espaço de cultura, Santos (2015) argumenta que as entidades culturais mais atuantes nas cidades brasileiras são as bibliotecas, e que são mais efetivas nos municípios que os teatros, museus, arquivos públicos, entre outros, mesmo com a situação minguada que algumas bibliotecas se encontram, o seu potencial para colaborar culturalmente de forma igualitária no país continua latente. Pois estes espaços se configuram em lugares de cultura devido às diversidades de temas e suportes que compõem o seu acervo.

Com base nestes argumentos, podemos vislumbrar claramente a função cultural existente nas bibliotecas independentemente do público atendido por ela. O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) também enfatiza a dimensão cultural pertinente às bibliotecas quando afirma:

A biblioteca assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais. Para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações (BRASIL, 2010, p.22).

E ao reconhecemos a biblioteca escolar infantil como um espaço correlacionado a sala de aula, rico e dotado de potencialidades para o desenvolvimento de atividade interdisciplinar, onde docentes e bibliotecários possam atuar de forma colaborativa e diferenciada. Fato ressaltado nos estudos de Pereira e Uliana (2018), é indiscutível a correlação entre a sala de aula e a biblioteca escolar, a cooperação entre os docentes e o profissional bibliotecário potencializa o ensino dos conteúdos previamente planejados.

Esta interdependência entre a sala de aula e a biblioteca é uma forma de garantir que, desde cedo, as crianças tenham o seu processo de aprendizagem estimulado de maneira lúdica e criativa. É evidente que a educação infantil não visa a alfabetização do indivíduo, entretanto os benefícios do uso dos espaços das BE Infantis vão muito além da apropriação de habilidades que envolvem a leitura e a escrita.

Um ponto a ser esclarecido neste estudo é que, quando nos referimos a Biblioteca Escolar, também abrangemos a Biblioteca Escolar Infantil, pois entendemos que a partir do momento que uma biblioteca está inserida numa Instituição de Ensino da educação básica, ela se enquadra nas características de uma BE, independente da etapa de ensino que esta instituição oferta, as únicas características, que irão divergir de uma maneira expressiva entre elas, serão a idade de seus frequentadores e, conseqüentemente, a classificação do acervo a serem disponibilizados, entretanto, o seu cerne quanto a ser uma biblioteca escolar permanecerá a mesma, assim como os seus predicados.

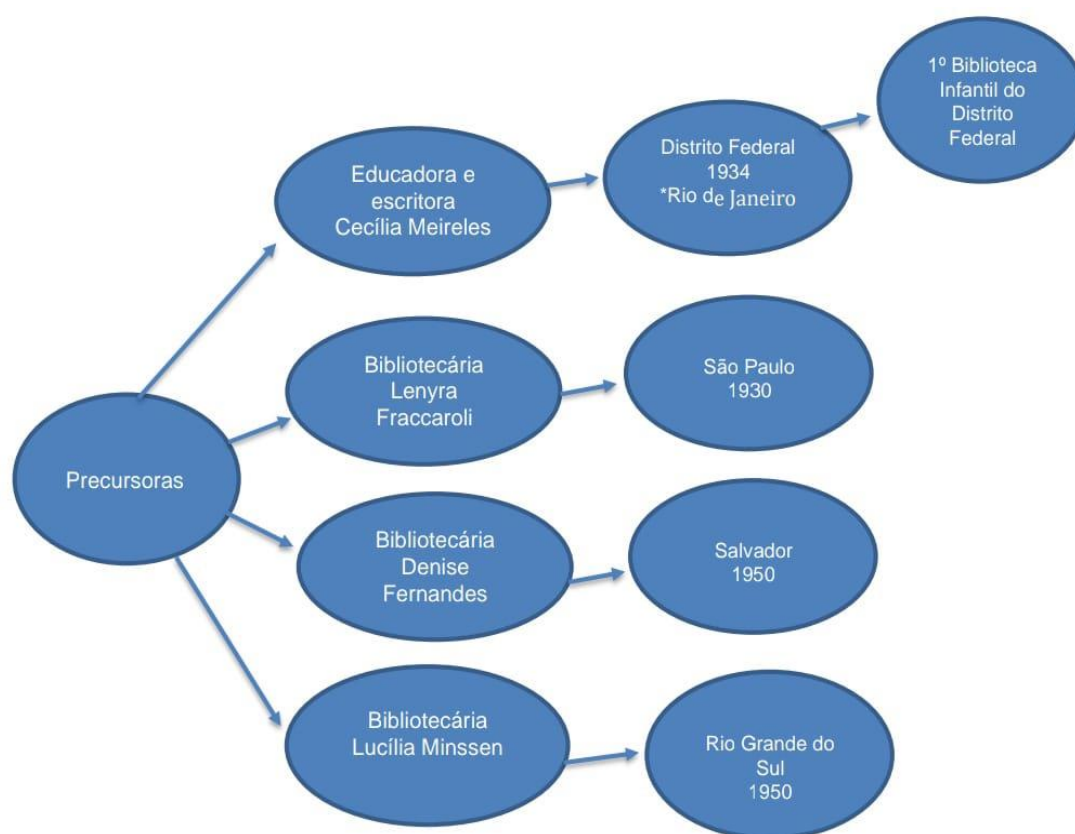
Antes de adentrarmos nos predicativos pertinentes às BE, acreditamos ser interessante pontuarmos alguns avanços relativos às Bibliotecas voltadas ao público infantil no Brasil. O pensamento da criação de uma biblioteca específica para o atendimento das crianças não é algo novo no país, e assim como nos EUA, houve pioneiras nesta empreitada no passado, no Brasil também existiram tais precursores.

Senna; Barbosa e Souza (2017), citam Lenyra Fraccaroli e Denise Fernandes Tavares e Lenyra Fraccaroli, que na década de 1930, além de fundar a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em São Paulo, também produziu os primeiros livros em português de literatura infantil conhecidos por bibliografia modelar. Enquanto Denise Fernandes Tavares, na década de 1950, ergue em Salvador outra biblioteca infantil

de mesmo nome, as duas profissionais bibliotecárias produziram cartilhas de organização para esta categoria de bibliotecas.

Outro nome que também não deve ser esquecido é o da profissional bibliotecária do Rio Grande do Sul, Lucília Minssen, que fomentou em Porto Alegre o estabelecimento de uma rede de bibliotecas, além da fundação, em Bagé, de uma biblioteca voltada para o atendimento do público infantil, ressaltando que tais ações também ocorreram durante a década de 1950 (SENNA; BARBOSA e SOUZA, 2017). Para Duro (1979) as ações destes profissionais bibliotecários tiveram grande influência para a introdução dos conceitos relativos às Bibliotecas infantis no país. Para um melhor entendimento, a figura 1 demonstra quem foram as profissionais bibliotecárias precursoras durante o período de 1930 a 1950.

Figura 1- Profissionais bibliotecárias precursoras durante o período de 1930 a 1950.



Fonte: Produção própria ("2022").

Duro (1979), também aponta que devido à agilidade, interesse e a perseverança destas profissionais bibliotecárias, estabeleceram-se os parâmetros utilizados nos serviços voltados para prestação de serviços nas bibliotecas infanto-juvenis, e tais protocolos se tornaram pontos norteadores de suas práticas.

Ou seja, além de fundarem bibliotecas, estes profissionais buscavam realizar melhorias nas atividades relativas às práticas bibliotecárias da época. Outro fato relevante a ser salientado com relação a bibliotecas voltadas para o atendimento do público infantil é a atuação da educadora e escritora Cecília Meireles, convidada por Anísio Teixeira, que no ano de 1931 compunha a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal⁹ para fundar e coordenar a primeira biblioteca pública infantil do Brasil.

Segundo a autora Vilela (2021), a Biblioteca Infantil do Distrito Federal se estabeleceu no mês de agosto de 1934. Sua instalação foi feita no Pavilhão Mourisco, localizado ao fim da antiga da Avenida Beira Mar, atualmente, Enseada de Botafogo, no Estado do Rio de Janeiro. O então conhecido Pavilhão Mourisco, planejado pelo então, arquiteto Burnier, e sua criação tinha o objetivo de estabelecer como café-concerto, tornando-se altamente movimentado no começo do século pela sociedade carioca da época. Segue abaixo nas figuras 2 e 3 imagens da antiga Biblioteca Infantil Distrito Federal.

Figura 2 - Biblioteca Infantil



Fonte: Monitor do Oriente Médio¹⁰

⁹ Neste período da história o Distrito Federal se localizava no Rio de Janeiro, pois sua fundação só ocorreu em 1960, com o então presidente Juscelino Kubitschek.

¹⁰ Disponível em:

<https://www.monitordo Oriente.com/20210418-cecilia-meireles-e-o-encantamento-arabe-na-biblioteca-do-pavilhao-mourisco/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Figura 3 - Biblioteca Infantil



Fonte: Monitor do Oriente Médio¹¹

Segundo Vilela (2021), apesar da biblioteca Infantil possuir um rico acervo composto por obras nacionais e internacionais voltadas para o público infantil, um ambiente agradável e estimulante, com um cenário inspirado nos contos das mil e uma noites e estar funcionando ativamente na oferta de livro e atividades culturais para seus usuários, compostos em sua maioria por estudantes provenientes das escolas da região, a existência da biblioteca Infantil foi breve. “Nos primeiros três meses de existência, possuía cerca de 200 leitores, e no final de 1937, quando a biblioteca foi fechada, cerca de 1500 frequentadores assíduos” (PIMENTA, 2001, p.112).

A causa da sua extinção se deu por seu acervo possuir obras consideradas de cunho comunista durante a atuação do Estado Novo, outro fator que estremeceu a existência da biblioteca infantil foi a saída de Anísio Teixeira da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.

De acordo com Pimenta (2001), a biblioteca foi precursora no Brasil, com particularidades inéditas não existentes em outras instituições do país. A Biblioteca do Mourisco inovou, propiciando entrada e acesso livre para as crianças, fomentando a assiduidade no espaço, facilitando a aproximação aos livros, promoção da cultura e

¹¹ Disponível em:

<https://www.monitordo Oriente.com/20210418-cecilia-meireles-e-o-encantamento-arabe-na-biblioteca-do-pavilhao-mourisco/>. Acesso em: 4 abril. 2022.

da arte, livre escolha para o empréstimo de livros. Além de se caracterizar por ser um ambiente mantido por recursos públicos, relacionado às atividades escolares, instrumento de pesquisa para os docentes e cientistas do município e do Departamento da Educação.

Apesar da sua breve existência, sua atuação foi um grande marco com relação às bibliotecas voltadas para o atendimento do público infantil no Brasil, durante uma época em que a entrada de crianças em bibliotecas não era bem quista. Com base nestas informações históricas, podemos ter uma melhor visão do que seria uma biblioteca infantil, e como ela se faz pertinente a nossa sociedade.

Diante do exposto, vimos algumas características desejáveis para uma biblioteca destinadas ao público infantil. Retornaremos aos predicativos referentes às Bibliotecas Escolares, considerando que o nosso estudo envolve as BE voltadas para o atendimento de educandos frequentadores do ensino infantil. Campello (2008) ressalta alguns dos atributos inerentes às BE:

A biblioteca escolar é, sem dúvida, o espaço por excelência para promover experiências criativas de uso de informação. Ao reproduzir o ambiente informacional da sociedade contemporânea, a biblioteca pode, através de seu programa, aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia-a-dia, como profissional e como cidadão [...]. Trabalhando em conjunto, professores e bibliotecários planejarão situações de aprendizagem que desafiem e motivem os alunos, acompanhando seus progressos, orientando-os e guiando-os no desenvolvimento de competências informacionais cada vez mais sofisticadas (CAMPELLO, 2008, p.11).

Segundo os autores Hillesheim e Fachim (1999), as bibliotecas escolares visam: aumentar os saberes, por serem um berço de cultura no qual disponibilizam aos educandos um ambiente propício ao incentivo e ao aprimoramento da leitura e da pesquisa e, desta maneira, contribuir para a melhoria curricular da instituição de ensino, além de ofertar aos docentes recursos úteis para desenvolverem suas atividades.

Deste modo, as BE voltadas para a educação infantil, além de promover a interação das crianças com literaturas que podem influenciar no seu desenvolvimento humano, elas também contribuem para que a justiça social seja resguardada nestes ambientes de ensino, promovendo a inclusão social desses sujeitos a ambientes enriquecidos de cultura, pois, não podemos esquecer que o acesso a ambientes de incentivo à cultura, ao conhecimento científico, às artes e outros, fazem parte do

processo de inclusão social do indivíduo. Segundo Moreira (2006, p.11), podemos entender a inclusão social como:

[...] a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais, etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente.

Com base nesta proposição, podemos entender que o acesso à informação nos ambientes culturais é primordial, tendo em vista que a inclusão social vai muito mais além da questão financeira e a acessibilidade com qualidade aos espaços de informações, cultura e artes, como os das BE, também fazem parte desta inclusão, assim como todas as atividades que primam o desenvolvimento completo do sujeito.

3.1 Educação Infantil e Bibliotecas Escolares: a influência dos bibliotecários nessa etapa da educação

Desde o nascimento, a criança é inserida em um contexto social, cultural, dotado de crenças e valores, e a apropriação da leitura pode ser considerada uma parte inicial para a compreensão da sua realidade. Entretanto, a apropriação da leitura, assim como o hábito de ler, não surge de forma repentina. É algo que requer estímulo, e quanto mais cedo houver tais estímulos, mais rápido o desenvolvimento desta habilidade ocorrerá com este sujeito.

Geralmente, é a escola que possui a incumbência pela alfabetização da criança “a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes considerados essenciais à formação de todo e qualquer cidadão” (SOARES, 2001, p.84).

Porém, no Brasil, o processo de alfabetização é previsto a ser iniciado a partir da etapa do Ensino Fundamental I - Anos Iniciais, que abrange do 1º ao 5º ano, mas este fato não impede as crianças que frequentam a educação infantil conheçam o mundo da literatura e do saber científico, por meio da mediação entre bibliotecários,

professores e os educandos, e é nas BE que podemos “[...] possibilitar espaços para compartilhar saberes e fazeres, provocar memórias, articular histórias, tecer múltiplos sentidos em torno do tema e das experiências” (RODRIGUES, 2019, p.1).

Lembrando que é na escola que muitas crianças, principalmente aquelas que compõem as castas sociais mais baixas, irão ter acesso aos livros e aos recursos didáticos pedagógicos, e é a partir desta perspectiva que se observa a importância da implantação das Bibliotecas Escolares (BE) com os seus respectivos profissionais, nas escolas públicas que ofertam a educação infantil. Os autores Felix; Duarte (2015, p.10), descrevem como deve se constituir uma BE:

[...] a biblioteca escolar tem geralmente uma sala própria; o ideal é que tenha mobiliário específico, computadores para funcionários e alunos, mesas coletivas, mesas individuais e acondicionamentos para material bibliográfico diferenciado, apresente acervo catalogado e possua um funcionário responsável.

Seguindo este panorama, para a IFLA (2015, p.16) as BE são consideradas espaços híbridos (presencial e virtual), influenciando na fala, na imaginação e na interação social do aluno:

A biblioteca escolar é o espaço de aprendizagem físico e digital da escola, onde ler, questionar, pesquisar, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para a jornada de informação para conhecimento dos alunos e ao seu crescimento pessoal, social e cultural.

Apesar da educação infantil não visar a alfabetização é inaceitável que esta não seja contemplada com esses espaços interdisciplinares e promotores da cultura que são as BE, pois as possibilidades que são usufruídas neste espaço são mais abrangentes do que apenas a apropriação da leitura, ela é um ambiente de aprendizagem, inclusão e interação social.

O acesso ao ambiente de bibliotecas escolares na educação infantil, e conseqüentemente ao seu acervo, propicia à criança momentos de interações e reflexão com os seus pares. Esses momentos de socialização, contação de história e manuseio dos livros acabam se tornando, também, uma oportunidade de refúgio ao apelo mercadológico voltado a este público.

Moraes (2011) expõe que nesta etapa, a criança, que frequenta a antiga “pré-escola”, hoje considerada educação infantil, está passível aos apelos que compõem as relações de consumo. A autora também explana que os resultados obtidos em seus estudos foi que há uma preferência gradativa por acervos que contemplam personagens que se deslocam dos programas televisivos para os suportes impressos.

É perceptível que o fato da autora se referir a apenas as mídias televisivas deve-se ao fato de seu estudo ter sido realizado no ano de 2011, época está que não havia ocorrido o boom das redes sociais, assim como acesso aos recursos de internet.

Outro ponto que não podemos suprimir é a importância da realização de um estudo rotineiro de usuário pelo profissional bibliotecário, que atua na biblioteca da instituição de ensino infantil, uma vez que o profissional da informação está a par das abordagens midiáticas que permeiam o cotidiano da criança que frequenta a educação infantil.

Mediante as informações coletadas, o profissional conseguirá montar um acervo literário mais instigante e assertivo para atender o seu pequeno usuário para não alimentar o mercado consumista.

Conforme Ely (2003) salienta, BE é um ambiente interativo, onde variados sujeitos com crenças, idades, etnias e condições sociais distintas podem frequentar e interagir entre si, sem nenhuma reserva. Deste modo, podemos entender a BE, como um espaço democrático que tem muito a contribuir para a comunidade escolar.

Ressaltando que além das bibliotecas escolares, a educação infantil necessita de profissionais bibliotecários aptos para atender a este público específico. A *International Federation of Library Associations and Institutions* - IFLA - propõe orientações e diretrizes norteadoras para a implementação de serviços bibliotecários para o atendimento de criança a partir dos 03 anos.

A qualidade e eficácia dos serviços da biblioteca infantil depende da experiência do pessoal, que se encarrega de desenvolver seus conhecimentos e atualizar seus Forma contínua. Conforme mencionado originalmente no Manifesto da IFLA / UNESCO em a Biblioteca Pública 1994: “O bibliotecário é um intermediário ativo entre os usuários e meios. A formação profissional e continuada do bibliotecário é fundamental para garantir serviços adequados. "As Diretrizes para o Desenvolvimento Profissional Contínuo: princípios e boas práticas da IFLA, estabelecer que o profissional da informação e a biblioteca são os principais responsáveis buscar um aprendizado contínuo que aprimore constantemente seus conhecimentos e habilidades. No entanto, os empregadores são responsáveis por fornecer programas de desenvolvimento e apoio para a

educação continuada de sua equipe. Isso requer um compromisso organizacional, políticas e procedimentos eficazes de pessoal, e a alocação adequada do orçamento e tempo para treinamento de pessoal. Para ter bibliotecários infantis profissionais, comprometidos e capacitados, deve haver educação e capacitação em todas áreas de serviço. Isso inclui o treinamento de funcionários para fornecer um serviço equitativo e culturalmente sensível a todos os grupos. A biblioteconomia infantil deve fazer parte do currículo de qualquer programa educacional na área de bibliotecas públicas. (IFLA, 2018, p.7-8, tradução nossa)¹²

Com base nas informações apresentadas pela IFLA, podemos vislumbrar a importância da capacitação dos profissionais que irão atuar com o público infantil, e é de responsabilidade destas instituições a oferta das capacitações dos profissionais atuantes nas bibliotecas infantis. Coelho (2021, p.62) nos apresenta algumas características necessárias às BE e aos Bibliotecários que nelas atuam, a autora pontua que:

Para que a biblioteca escolar possa cumprir seu papel é necessário, além de espaço e acervo, de um bibliotecário competente e engajado na escola como um todo. Importa, e muito, a qualidade das atividades, as atitudes tomadas pelo bibliotecário, que deve ser competente, comunicativo, interessado e criativo, que possa criar um ambiente de acolhimento e hospitalidade na biblioteca.

Apesar da autora não se referir a uma BE voltada para educação infantil, os predicativos por ela apresentados são imprescindíveis, e se enquadram nos serviços prestados a qualquer perfil de biblioteca ou bibliotecário. Conforme já exposto no decorrer deste estudo, pudemos compreender a importância da educação formal

¹² La calidad y eficacia de los servicios bibliotecarios infantiles depende de la experiencia del personal, quien es encargado de desarrollar sus conocimientos y actualizar sus habilidades de forma continua. Como se mencionó originalmente en el Manifiesto de la IFLA/UNESCO sobre la Biblioteca Pública 1994: "El bibliotecario es un intermediario activo entre los usuarios y recursos. La educación profesional y continua del bibliotecario es indispensable para asegurar servicios adecuados." Los Lineamientos para el Desarrollo Profesional Continuo: principios y buenas prácticas de la IFLA, establecen que el profesional de la información y la biblioteca es el principal responsable de buscar el aprendizaje continuo que mejore constantemente sus conocimientos y habilidades. Sin embargo, los empleadores son responsables de proporcionar programas de desarrollo y apoyo para la educación continua a su personal. Esto requiere un compromiso organizacional, políticas de personal y procedimientos efectivos, y la asignación adecuada de presupuesto y tiempo para la capacitación del personal. Con el fin de contar con bibliotecarios infantiles profesionales, comprometidos y capacitados, debe haber educación y capacitación en todas las áreas del servicio. Esto incluye la capacitación del personal para proporcionar servicio equitativo y culturalmente sensible a todos los grupos. La biblioteconomía infantil debe formar parte del plan de estudios de cualquier programa educativo en el área de bibliotecas públicas.

ofertada nas instituições de ensino, assim como a relevância das educações informal e não formal para a aprendizagem ao longo da vida do educando e como cidadão.

Outro fato, inegável é a relação existente entre a educação e a Ciência da Informação por meio da interdisciplinaridade, pois independentemente do tipo de educação a ser ofertada, há a disseminação de informações entre os sujeitos envolvidos. Entretanto, para que se aumente a possibilidade de oferta de uma educação abrangente, é necessário o preestabelecimento de métodos e processos pedagógicos ministrados nas escolas que devem estabelecer processos pedagógicos de ensino.

Flamínio (2019) explica que podemos compreender o processo pedagógico como o aprimoramento de técnicas de ensino geridas pelos docentes e métodos que visam facilitar a apreensão das disciplinas ofertadas pelos educandos. Esse entendimento gradual também se deve à articulação prévia de exercícios que instigam o desenvolvimento da compreensão do sujeito.

Ou seja, podemos entender o processo pedagógico como metodologia aplicada para explicar os conteúdos das disciplinas contempladas em determinada instituição de ensino. Além do processo de ensino, as escolas devem seguir normas e procedimentos de ação interna e externa, que devem estar conforme os documentos normativos vigentes da educação.

Para que tais práticas pedagógicas ocorram de maneira efetiva, é necessário a existência de um Projeto Político Pedagógico (PPP) na instituição, que esteja atualizado e abarque todas as especificidades da instituição escolar, assim como os da comunidade da qual integra. Segundo Veiga (2013, p.187), podemos interpretar o Projeto Político Pedagógico como “a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa”.

O PPP deve considerar e organizar todos os componentes que integram a escola, que envolvem desde a sua estrutura física, a prática da cidadania e as metodologias de ensino que serão oferecidas, sendo a biblioteca escolar um desses elementos. Para Domingues (2017), o PPP demonstra um vínculo entre a concepção dos processos pedagógicos e a prática cidadã, que transcorre durante os conteúdos ministrados nas aulas, assim como nos programas desenvolvidos na biblioteca escolar.

E as opções de ensino, assim como os projetos pedagógicos desenvolvidos em todo ambiente escolar, tem forte influência no desenvolvimento do educando em todas as etapas de ensino, principalmente na educação infantil, pois o incentivo e o acesso desde cedo a atividades culturais, como o acesso às literaturas, às tecnologias, ao conhecimento científico e a todas as oportunidades que os campos de experiências previstos na BNCC (BRASIL, 2018) são potencializadores da aprendizagem.

Devemos vislumbrar que quanto mais cedo a criança participar destes eventos, melhor poderá ser o seu processo de aprendizagem nas etapas posteriores à educação infantil. Esclarecemos que as atividades culturais aqui relacionadas não intencionam excluir o contexto cultural na qual a criança está inserida em seu cotidiano e, sim, agregar novos conhecimentos, a partir de experiências oferecidas nos ambientes de ensino formal e demais dependências como o da Biblioteca Escolar, pois, para Vygotsky (1995) a cultura resulta do entrelaçamento da vida social do sujeito, juntamente com os exercícios sociais dele. Concluindo, a cultura é totalmente uma criação humana, onde as vivências cotidianas influem na apreensão dos conteúdos da educação formal.

Deste modo, é imprescindível que os processos pedagógicos de ensino-aprendizagem aderidos por uma instituição de ensino infantil tenham um olhar atento às especificidades de sua clientela, e busque supri-las de modo equitativo, oferecendo um currículo rico, diferenciado, conforme os documentos normativos vigentes.

Piassa (2020) expressa que o currículo escolar é um instrumento no qual visa moldar a metodologia de ensino e dos conteúdos e objetivos pré-estabelecidos, por meio de um agrupamento de documentos diretivos educacionais, e a forma de mensuração do alcance desses objetivos é feita pelas avaliações de grande abrangência. Dependendo dos resultados obtidos, se conclui no país o nível qualitativo do ensino escolar proporcionado.

Entretanto, é nitidamente perceptível que esses tipos de avaliações em larga escala, não contempla de forma equitativa a verdadeira aprendizagem dos educandos, pois uma avaliação deve ter o acolhimento em sua essência, assim como possuir uma visão holística do educando como um sujeito subjetivo, ato este que não ocorre nas avaliações como o PAEBE, Provinha Brasil, entre outras.

Apesar dessas avaliações só contemplarem as etapas a partir do Ensino Fundamental mais precisamente o 1º ano desta etapa de ensino, também entra nos grupos de ocorrência dessas avaliações, considerando que 1º ano do fundamental é a etapa de transição da educação infantil para o fundamental, e estas avaliações de larga escalas são extremamente rígidas e frias em suas análises e resultados.

Ora, se o objetivo dessas avaliações é constatar a “qualidade” do ensino ofertado no país, deste modo, podemos supor que tais avaliações possuem em seu cerne uma natureza diagnóstica, e se o objetivo é a diagnose do ensino ofertado. Logo, podemos concluir que, a metodologia avaliativa adotada por estes instrumentos não é eficaz, pois a mensuração da aprendizagem é algo complexo e subjetivo.

Nesta seção, pudemos vislumbrar o percurso histórico das bibliotecas voltadas para o atendimento do público infantil, os predicativos necessários a uma Biblioteca Escolar, assim como a pertinência da existência de BE em instituições de ensino infantil e a relevância da atuação de profissionais bibliotecários preparados para o atendimento deste público, e que promoção do acesso às BE nas instituições de ensino podem ampliar ainda mais o aprendizado dos educandos, aprendizado este que se inicia em sala de aula e continua perpassando pelos demais ambientes da escola, como as BE. Esta interdependência entre a sala de aula e a biblioteca é uma forma de garantir que, desde cedo, as crianças tenham o seu processo de aprendizagem estimulado de maneira lúdica e criativa.

4 PARÂMETROS PARA PENSAR O USO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: À LUZ DA TEORIA E DA LEGISLAÇÃO ALGUMAS POSSIBILIDADES

Em alguns países, como os EUA, Nigéria, França, Colômbia e Espanha, já existem estudos sobre a importância de atividades em bibliotecas voltadas para o público infantil e ações específicas nesses espaços, voltadas ao atendimento deste público diferenciado. Entretanto, nos EUA, os serviços voltados para o atendimento de crianças em bibliotecas infantis não foi algo fácil de se implantar, conforme apontado por Power, na década de 1930 do século XX.

A prestação deste tipo de serviço foi uma grande conquista por parte de muitas mulheres americanas bibliotecárias e visionárias, que conseguiram reconhecer a importância social desse ambiente. Power (1930) declara que:

O objetivo imediato de uma biblioteca infantil é fornecer às crianças bons livros complementados por um ambiente de biblioteca convidativo e serviço simpático inteligente, e por estes meios para inspirar e cultivar nas crianças o amor pela leitura, o gosto discriminador pela literatura e o julgamento e habilidade no uso dos livros como ferramentas. Seu objetivo final é um pensamento mais elevado, uma vida melhor e um cidadão ativo (POWER, 1930, p.10, tradução nossa).¹³

Este fragmento teórico e histórico, apesar de pertencer a um estudo antigo, possui uma sensatez atemporal e visionária que reforça a importância da existência de serviços bibliotecários voltados para o atendimento ao público infantil, e nos faz pensar como o acesso ao conhecimento dos livros literários pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e práticas cidadãs no futuro (ao longo da vida). O fato de Power (1930) não se referir a uma BE especificamente, não elimina a necessidade de sua implantação nas unidades de ensino infantil.

São imensas as possibilidades de ações que podem ser ofertadas nas bibliotecas voltadas para o público infantil, como: a leitura mediada por meio da

¹³The immediate purpose of a children's library is to provide children with good books supplemented by an inviting library environment and intelligent sympathetic service, and by these means to inspire and cultivate in children love of reading, discriminating taste in literature, and judgment and skill in the use of books as tools. Its ultimate aim is higher thinking, better living, and active citizen-hip (p.10).

contação de histórias, uso de rimas, musicalização, oferta e interação com livros de literatura infantil, entre outros.

O uso de músicas e rimas em atividades de incentivo à leitura voltadas para o público infantil são de extrema relevância para o desenvolvimento da linguagem. A autora *Prosic-Santovac* (2015) cita algumas das beneficências desta prática:

[...] as canções infantis continuam sendo usado para auxiliar no desenvolvimento da linguagem, tanto na aquisição da língua materna e segundas línguas. Trava-línguas, enigmas, provérbios, canções de ninar, rimas de palmas, rimas com os dedos, contagens rimas, rimas do alfabeto limericks e rimas de nomenclatura todos se enquadram na categoria de rimas infantis [...] (PROSIC-SANTOVAC, 2015, p.26, tradução nossa).¹⁴

Assim como o uso das rimas tem os seus predicativos, a leitura mediada também traz as suas contribuições. Conforme Ferraz (2008) observa, a realização de eventos nas BE que envolvam a leitura medida pode impressionar o educando de maneira positiva, estimulando-o a usufruir do espaço e dos recursos da BE com autonomia, levando-o, conseqüentemente, à prática da leitura. A mediação da leitura permite a ampliação do que foi previamente aprendido pelo sujeito, e desta forma, um novo vínculo significativo se consolida entre os novos livros, bem como com as leituras que os acompanham.

Nesta perspectiva, é possível vislumbrar os inúmeros benefícios que o uso da biblioteca escolar juntamente com a atuação dos seus profissionais pode agregar no desenvolvimento sociocognitivo das crianças. Ressaltamos que o panorama neste estudo sobre leitura mediada está vinculada às leituras de histórias infantojuvenis como recurso de mediação social, principalmente, no qual envolve os diversos gêneros literários pertinentes a faixa etária infantil. Visto que as crianças da educação infantil ainda não se apropriaram das competências relativas às leituras e a escrita, a imagem, o som e outros tipos de linguagens evocadas das obras literárias são extremamente importantes.

A literatura infantil direcionada à infância é construída por histórias autorais readaptações de mitos, lendas, contos de fadas, fábulas, dentre outros

¹⁴[...]nursery rhymes are still being used to aid language development, both in acquisition of the mother tongue and second languages. Tongue twisters, riddles, proverbs, lullabies, clapping rhymes, finger rhymes, counting-out rhymes, alphabet rhymes, limericks and feature -naming rhymes all fall into the category of nursery rhymes [...]

gêneros de relevância educativa, social e cultural, auxiliando aqueles que trabalham com a criação de práticas de incentivo às leituras multimodais (diversas linguagens). Existem publicações brasileiras originárias das histórias de fadas, fábulas e outros contos populares “universais” como os conhecemos na atualidade, que foram coletados desde a Grécia Antiga obtendo significado próprio das regiões em que foram oralizadas e que passaram por alterações e acréscimos na atualidade, que foram coletados desde a Grécia Antiga obtendo alterações e acréscimos das diferentes localidades em que foram recontadas e resgatadas (GERLIN, 2022, p.196).

Outros recursos interativos, como a contação de história, também podem ser utilizados para estimular o processo de aprendizagem das crianças em contato com as obras da BE. Segundo Machado (2015) a contação de história pode propiciar ao sujeito uma aprendizagem significativa:

Um fundamento teórico poético pode ser constituído pelo sujeito como configuração de aprendizagem significativa. Nesse modo de aprender, as formulações se tornam significativas a partir da experiência conjunta do pensamento e do encontro de imagens poéticas pessoais despertadas pelo contato com formas artísticas [...] A arte da palavra e da escuta é um termo de referência que utilizo neste livro para designar particularmente a arte de narrar histórias oralmente (MACHADO, 2015, p.12-13).

Britto e Pacheco (2018) pontuam que o uso social da arte de contar histórias auxilia a natureza educacional da imaginação, em conjunto a outros transmissores, fortalece o desenvolvimento da humanização do indivíduo para universalizar o contato social, e não o contrário, pois, caso assim o fosse, seu recurso se tornaria um patrimônio exclusivo, à medida que a história exige justamente uma ação contrária que inclui a reunião com as outras pessoas, a troca, a congruência da vivência intermediada pela arte da palavra que a dissemina. Afinal, a narrativa universal não orienta indivíduos particulares, e, sim, indivíduos coletivos.

Quando se oportuniza às crianças o acesso à leitura mediada por meio da contação de história, pelo contato com as literaturas, estamos incentivando o desenvolvimento da criatividade, da imaginação, da apropriação de novos vocabulários, a interpretação de textos (em diversas linguagens), com perguntas sobre o que foi lido, sem esquecer do incentivo a oralidade, a escuta ativa e o pensamento crítico da criança.

Estas habilidades auxiliarão as crianças no aprimoramento de sua leitura de mundo (FREIRE, 1989), pois a leitura de mundo perpassa o ato de ler e escrever, e esta apropriação será benéfica na sua adaptação nas etapas seguintes à educação infantil. As literaturas infantis são recursos preciosos a serem disponibilizados nas BE.

É um recurso muito valioso que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social das crianças à medida que crescem a partir de uma fase da vida para outra. Os temas retratados em livros de literatura infantil são propensos a afetar suas perspectivas gerais e seu modo de vida. Literatura infantil que pode ser disponibilizada na biblioteca da escola (AKANWA; OJEABULU; OKORIE 2018, p.208, tradução nossa).¹⁵

Os autores *Akanwa, Ojeabulu e Okorie* (2018), também relatam em seu estudo a influência que as temáticas abordadas nas literaturas infantis trazem para a vida das crianças que dela usufruem.

Antes de adentrarmos nas questões que envolvem a educação e as BE no Brasil, acreditamos que é imprescindível complementarmos e clarificarmos alguns pontos referentes às bibliotecas e aos livros, pois o seu surgimento não é algo “novo” para a história e para o desenvolvimento da história da humanidade (desde a antiguidade até os tempos atuais), assim como convém observar a seletividade de acesso a estes espaços excludentes desde o Brasil Colônia (desde que Portugal, em tese, “colonizou” o Brasil).

Desde a antiguidade, a humanidade detecta a necessidade de preservação e difusão da memória coletiva e dos conhecimentos produzidos no decorrer do tempo, antes este compartilhamento era realizado por meio da oralidade, e difundido pela geração anterior. Para Lévy (1998), o perecimento de um idoso vem atrelado a uma imensurável perda de conhecimentos para o grupo a qual o mesmo compunha. Esta perda de conhecimento estava intrinsecamente envolta a falta de registro nesta época específica. Rasteli, Caldas e Botelho (2016) confluem com esta proposição quando pontuam que durante muito tempo, a oralidade foi o principal meio de comunicação entre os antepassados.

¹⁵It is a very valuable resource which plays a pivotal role in the social development of children as they grow from one stage of life to another. The themes depicted in children’s literature books are intended to affect their general outlook and their way of life. These children’s literature can be made available in the school library.

Visto que a oralidade antecede a criação da escrita, e com o seu surgimento, tais informações são materializadas em registros em diferentes suportes (tábuas de argilas, papiro, papel e outros), junto a esta nova forma de difusão da informação, houve a demanda para a criação de lugares específicos com o intuito de guarda, difusão e preservação desses registros, como as bibliotecas, arquivos e museus que até hoje se fazem presentes e relevantes para preservação e desenvolvimento da história, da cultura e do conhecimento humano na bibliotecas.

A criação e evolução das bibliotecas no Brasil está diretamente ligada à história da educação brasileira, haja vista que os primeiros livros chegados aqui foram trazidos pelos jesuítas da Companhia de Jesus, objetivando a catequese dos índios e a educação dos colonos portugueses. Os jesuítas foram os responsáveis pela educação brasileira por um longo período da história, e as primeiras BE surgiram nos conventos pertencentes a esta ordem.

No Brasil Colônia, novas ordens religiosas surgem, trazendo com elas suas bibliotecas. Entretanto, o acesso a esses espaços, assim como o acesso à educação era excludente, pois poucas eram as pessoas que tinham o acesso a uma educação, em outras palavras, a educação era privilégio dos homens das classes mais abastadas. Conforme Teixeira (1967, p.70) cita: “sem quereremos nos estender muito ao passado, devemos recordar que, em todo o tempo da colônia, vivemos um tipo de governo de natureza absolutista, com a educação reduzida aos colégios confessionais, destinados predominantemente à formação do clero [...]”.

A educação vem sendo utilizada como instrumento de controle do *statu quo* social. Ressaltamos que, neste período, não existia uma educação voltada para o público infantil. Entretanto, com o passar dos anos, com as mudanças de governo e os surgimentos dos movimentos em prol das lutas sociais, a educação passou a ser democratizada. Em 1930, o Ministério da Educação (MEC) foi criado, dentre suas competências, estavam as seguintes áreas: da saúde, da educação, do esporte e do meio ambiente, entretanto os assuntos relativos à Educação eram atribuídos ao Departamento Nacional de Ensino (DNE).

O período de 1930 veio acompanhado por um avanço com relação à regulamentação das políticas educacionais do país, e, por conseguinte, em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros, que expõe a visão educacional para o Brasil, e foi elaborado por um grupo de intelectuais compostos por Anísio Teixeira, Cecília

Meireles, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros. Entretanto, esta ação não foi vista com bons olhos pela Igreja Católica, que pleiteava com o Estado probabilidades de educar o povo. De acordo com Teixeira (1976) esta década foi um fenômeno em prol do desenvolvimento da educação brasileira.

Nos fins da década de 20 e 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam, mas não se sabe como acabam (TEIXEIRA, 1976, p.26).

Entretanto, a Constituição de 1934 não atendeu às solicitações realizadas no Manifesto dos Pioneiros, e mais adiante, por volta de 1937 a 1945, ocorreu a ocorrência das reformas das leis orgânicas de ensino conhecida como Reforma Capanema, que abarcou determinadas reivindicações previstas no Manifesto dos Pioneiros. Salientando que tal reforma ocorreu durante a ditadura Vargas, denominada como Estado Novo.

Desta maneira, é notório que a educação brasileira perpassou por uma longa jornada até chegar a atual forma. Todavia, enfatizamos que os progressos e atrasos sucedidos neste trajeto estão correlacionados às ações e protestos de grupos populares e ao cenário histórico-político e econômico do Brasil. No ano de 1971, o Governo Militar executa a reformulação do Ensino de 1º e 2º grau por meio da Lei 5.692 / 71 Lei de Diretrizes e Base – LDB que preservou diversos elementos da reforma Capanema, que prevê, no artigo 45, o auxílio financeiro do Estado em instituições privadas de ensino:

Art. 45. As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo (BRASIL,1971).

Infelizmente, o art.45 possibilitou que o Estado deixasse de priorizar os investimentos no ensino público, em benefício das instituições de ensino privado. Mais alguns anos à frente houve alguns avanços relacionados à educação em geral, no

qual surgiu a criação da Constituição de 1988 e mais adiante a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) que passam a garantir e regulamentar a Educação Brasileira.

No artigo 205 da Constituição Brasileira (CF) de 1988, a educação se configura como um direito universal, a Constituição afirma que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

E o artigo 3º da Lei 9.394/96 tem como base os seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

E tais princípios só fortalecem o que está previsto no Art. 205 da Constituição Federal/1988 sobre a educação ser um direito universal. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA, 2005), em suas diretrizes, corrobora com a missão e responsabilidade das BE nas instituições de ensino, e o papel que pode impactar na aprendizagem ao longo da vida do educando citando que:

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis (IFLA, 2005, p.3).

Com o passar dos anos e o avanço das políticas públicas relacionadas à educação, as pessoas passaram a ter acesso às escolas públicas e seus recursos didático- pedagógicos como: livros, revistas, TV, internet e outros pertencentes às bibliotecas escolares, e é relevante que estes recursos sejam utilizados da maneira mais adequada possível.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) descrevem as bibliotecas como uma Infraestrutura/Espaço que compõem o âmbito escolar, e enfatiza a importância do uso adequado deste espaço pelas Instituições de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013, p.152) citam que

Mediante aquisição e utilização adequada dos objetos e espaços (laboratórios, equipamentos, mobiliário, salas-ambiente, biblioteca, videoteca, ateliê, oficina, área para práticas esportivas e culturais, entre outros) requeridos para responder ao projeto político-pedagógico pactuado, vinculados às condições/disponibilidades mínimas para se instaurar a primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos investigatórios para construção do conhecimento.

No dia 24 de maio do ano de 2010, surge a lei 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, que afirma:

Art. 1o As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2o Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares [...]

A lei 12.244/2010 estabelecia o prazo de 10 anos para que todas as instituições de ensino público e privadas se adequassem com relação a implantação das bibliotecas escolares. Porém, apesar do tempo estabelecido por esta lei ter expirado

no ano de 2020, muitas instituições de ensino ainda não foram adequadas pelo poder público.

Um ponto que não pode deixar de ser mencionado é que durante o ano de 2020, a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA), propôs um projeto de Lei 4401/20, no qual posterga a universalização das bibliotecas nas Instituições de Ensino público e privado do país para o ano de 2023, pois haveria dificuldades para a consolidação da lei 12.244/2010 com o surgimento da pandemia.

No mesmo ano, o então Deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) também propõe alterações na lei 12.244/2010, com a PL 4003/2020, na qual prever um novo conceito referente às BE, além de aditivar por mais 10 anos¹⁶ o prazo para efetivarem a sua universalização. Segundo o artigo 2º da PL 4003/2020 o conceito de biblioteca escolar teria um aspecto mais amplo do que o estabelecido pela lei 12.244/2010.

De acordo com a PL 4003/2020 “considera-se biblioteca escolar o acervo físico e digital de livros, materiais videográficos, áudios, fotos e documentos registrados em qualquer suporte destinado à consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” Um ponto bem interessante nessa PL é que ela também faz menção às unidades de ensino voltadas para a educação infantil em sua justificativa, e este fato, apesar de singelo, se faz relevante a nossa temática, pois significa que propiciar tal acesso já está sendo de alguma forma considerado ao analisarem mudanças, ou criações das leis pelo poder público. Logo abaixo podemos visualizar o quadro 2- Citações e Normativas que referenciam a Biblioteca Escolar.

Quadro 2- Citações e Normativas que referenciam a Biblioteca Escolar

¹⁶ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

LEI/NORMA	ETAPA	CITAÇÃO
BNCC (2018 p.113)	Fundamental I – Anos Iniciais	(EF35LP02) Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura.
BNCC (2018 p.355)	Fundamental I – Anos Iniciais	No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros).
Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p.152)	Ensino Fundamental	mediante aquisição e utilização adequada dos objetos e espaços (laboratórios, equipamentos, mobiliário, salas-ambiente, biblioteca, videoteca, ateliê, oficina, área para práticas esportivas e culturais, entre outros) requeridos para responder ao projeto político-pedagógico pactuado, vinculados às condições/disponibilidades mínimas para se instaurar a primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos investigatórios para construção do conhecimento.
Lei 12.244 (2010)		Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei. Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares [...]
PL 4401/20 (2020)		Dispõe sobre os requisitos mínimos para as bibliotecas escolares e amplia o prazo de universalização para 2022.
PL 4003/2020 (2020)		Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e alterar o prazo para que os sistemas de ensino efetivem a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais.

Fonte: Produção própria, (2023).

Entretanto, apesar do crescente avanço com relação às leis pertinentes à educação, a modalidade infantil tem um longo percurso a galgar, pois mesmo com as reformulações previstas na BNCC, ainda não conseguiu se afastar completamente do estigma de ser vista apenas como um lugar para simplesmente “deixar” as crianças, não como um local de promoção e desenvolvimento da aprendizagem, da socialização e da cultura. Além desse estigma, há a falta de recursos financeiros e estruturais que assolam a educação como um todo.

Neste contexto, também podemos citar como consequência desta falta de recursos a ausência de bibliotecas escolares direcionadas à Educação Infantil nas Instituições de ensino públicos, com profissionais bibliotecários capacitados para atender este público, atualmente conhecidos como “nativos digitais”. Para Rodrigues e Kafure (2013, p.80) é necessário que os bibliotecários que atuam na BE infantis estejam atentos a este novo perfil de usuários:

E, ainda chamar a atenção do bibliotecário escolar infantil para esse novo usuário, o nativo digital. O bibliotecário deve considerar a facilidade das crianças com tecnologia e utilizar os mais variados tipos de informação em seus diversos formatos e suportes e trazê-los para a biblioteca, ensinando-os e proporcionando-os para o contato com a nova e a velha tecnologia. Para mostrar, a leitura e jogar videogame como um ato de prazer.

Pois, como já nascem em um contexto de grande demanda informacional e tecnológica. Torna-se necessário que desde cedo sejam incentivados a desenvolverem competências informacionais, e a pensarem nas relações sobre a cultura, sobre o conhecimento científico e terem acesso às literaturas (BRASIL, 2018).

Lourenço Filho (1946, p.3-4) ressalta que “ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...], ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito.” Ou seja, podemos entender que a biblioteca escolar é necessária em todas as escolas independente da etapa de ensino.

Pontuamos que a necessidade do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares é tão importante quanto a presença do docente em sala, pois a colaboração destes profissionais trará uma maior qualidade no planejamento e conseqüentemente no ensino promovido e ofertado pela instituição a qual compõem.

Apesar do documento da educação infantil da BNCC e as DCNEIs não preverem a existência, ou o uso de espaços, como a BE nas instituições de ensino infantil, na prática cotidiana, é extremamente possível desenvolver planejamentos de atividades pedagógicas envolvendo o uso dos recursos pertinentes a esse espaço e, principalmente, que contemplem os requisitos relacionados aos campos de experiências destinados à educação infantil. Segundo o material suplementar para o redator de currículo (BRASIL, [s.d]),

A aproximação de diferentes linguagens traz para o cotidiano das unidades de Educação Infantil momentos de ESCUTA, no sentido de produzir/acolher mensagens orais, gestuais, corporais, musicais, plásticas, além das mensagens trazidas por textos escritos, e de FALA, entendida como expressar/interpretar não apenas pela oralidade, mas também via linguagem de sinais, pela escrita convencional, não-convencional, pela escrita braile e pelas danças, desenhos e outras manifestações expressivas.

Este campo ressalta experiências que evidenciam a estreita relação entre os atos de fala e escuta e a constituição da linguagem e do pensamento humano desde a infância. Destaca-se a experiência da criança com a linguagem verbal em diálogo com outras linguagens, desde o nascimento, de modo a ampliar não apenas essa linguagem, mas também o PENSAMENTO (sobre si, sobre o mundo, sobre a língua) e a IMAGINAÇÃO.

Essas diferentes linguagens possibilitam a aproximação do educando com o mundo vivido, possibilitando que o mesmo possa aprender ao longo da vida. Destacam-se no quadro a seguir (Quadro 3), algumas atividades que atendem aos requisitos do Campo de Experiência: “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” que podem ser desenvolvidas com o auxílio da literatura infantojuvenil quando educadores, educandos e bibliotecários interagem no ambiente da BE.

Quadro 3- Atividades com o uso da BE que atendem ao Campo de experiência :Escuta, fala, pensamento e imaginação.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES NA BE
ESCUTA E FALA	Na Educação Infantil, os momentos de ESCUTA podem produzir/acolher mensagens orais, gestuais, corporais, musicais, plásticas, além das mensagens trazidas por textos escritos e de FALA.	<p>Contação de história para que grupos de diferentes turmas de alunos entrem em contato com a linguagem oral.</p> <p>Apresentações individuais e coletivas para os demais colegas, sobre uma música, ou uma releitura de uma história previamente contada.</p>
	A FALA, entendida como expressar/interpretar, não apenas pela oralidade, mas também via linguagem de sinais, pela escrita convencional, não-convencional, pela escrita braile e pelas danças, desenhos e outras manifestações expressivas	Roda de conversa; Contação de história com atividades makers; etc.
PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	Este campo ressalta experiências que evidenciam a estreita relação entre os atos de fala e escuta e a constituição da linguagem e do pensamento humano desde a infância.	Produção de escrita por meio do reconto das leituras mediadas (A escrita seria produzida pelo docente, ou bibliotecário).
	Destaca-se a experiência da criança com a linguagem verbal em diálogo com outras linguagens, desde o nascimento, de modo a ampliar não apenas essa linguagem, mas também o PENSAMENTO (sobre si,	<p>Mini oficinas com produções artísticas e exposições das mesmas;</p> <p>Disposições de livros, quadrinhos e revistas para as crianças;</p>

	sobre o mundo, sobre a língua) e a IMAGINAÇÃO.	
--	--	--

Fonte: Adaptado do Material suplementar para o redator de currículo - (BRASIL, [s.d])

Apesar das ações relativas ao campo de experiências “escuta, fala, pensamentos e imaginação” serem interligadas e indissociáveis, realizamos um pequeno quadro com o intuito de facilitar a compreensão das atividades que podem envolver a BE. Conforme explicitado acima, várias atividades podem ser realizadas com as crianças da educação infantil em uma BE e, desse modo, podendo o educador (professor e bibliotecário) atender com primazia as exigências normativas destinadas a esta etapa de ensino.

Assim sendo, as competências de ESCUTA podem se desenvolver em meio às mensagens orais, gestuais, corporais e musicais durante um momento de contação de histórias, e um texto escrito pode ser lido desenvolvendo as competências da FALA. Ambas são necessárias para que o pequeno cidadão possa aprender a se expressar no coletivo e interpretar informações em diferentes mensagens (BNCC, 2018).

Por meio das diferentes atividades, como produção de escrita de histórias (reconto ou histórias autorais) e linguagens (oralidade, imagem etc.) é possível trabalhar com o desenvolvimento de habilidades necessárias aos educandos (GERLIN, 2022). Torna-se importante evidenciar que as habilidades de escuta e de fala são importantes para a construção da linguagem, que é uma importante ferramenta de socialização e do pensamento na infância (VYGOTSKI, 1995). A experiência da linguagem, seja ela verbal ou não, pode ser desenvolvida e ampliada juntamente com o PENSAMENTO e a IMAGINAÇÃO (BNCC, 2018).

Destaca-se, nesse sentido, a realização de atividades na BE envolvendo a contação de histórias, entre outras atividades direcionadas para grupos de diferentes turmas simultaneamente, incentivando assim, a interação com as crianças de outras turmas, e a escuta de diferentes reflexões sobre o que foi apresentado. Apresentações individuais e coletivas para os demais colegas, sobre uma música, ou uma releitura de uma história previamente contada. As atividades descritas desenvolvem

habilidades e competências necessárias à garantia do direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se” (BNCC, 2108)

4.1 A educação infantil no campo da experiência da biblioteca escolar no Brasil e na Região Metropolitana da Grande Vitória: uma pesquisa em desenvolvimento

Há um dito popular no Brasil no qual fala que: “Nem tudo que reluz é ouro, e nem tudo que balança cai!” e o que podemos entender com ele é que nem tudo que parece pode realmente ser. A dubiedade, explicitada nessa conhecida frase, podemos encontrar nas interpretações de documentos normativos da LDB e da própria BNCC. Sendo assim, iniciamos as nossas reflexões sobre o tema incitado.

A educação infantil não intenciona a alfabetização da criança, e a BNCC (BRASIL, 2018) enfatiza que as práticas pedagógicas ofertadas nas instituições de ensino infantil devem estar fundamentadas nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimentos: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. Para um melhor esclarecimento, segue abaixo o quadro 4 com a descrição mais detalhada sobre os direitos à aprendizagem contidos na BNCC.

Quadro 4- Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Conviver	Interagir com diferentes pessoas de faixas etárias diversas, fazendo o uso de linguagens variadas, respeitando as diferentes culturas e indivíduos, de forma a expandir o seu conhecimento de si e do outros.
Brincar	De modos variados, em diferentes tempos e ambientes e interagindo com pares variados. De forma a ampliar e diversificar seu acesso a produções culturais, seus saberes, e sua imaginação e criatividade. Potencializando as suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
Participar	Ativamente dos acontecimentos relativos ao cotidiano, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, possibilitando a apropriação de diferentes linguagens, e criando assim saberes, incitando assim, o seu poder de decisão.
Explorar	Movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos,

	elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
Expressar	Por meio do diálogo, com criatividade e sensibilidade, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
Conhecer-se	Construir sua identidade pessoal, social e cultural, de modo a construir uma visão positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Fonte: Adaptado da BNCC (BRASIL, 2018, p.38)

Durante a análise da BNCC, não detectamos nenhum ponto proibitivo relacionado às ações de natureza alfabetizadora durante o período da educação infantil, o que não significa que seja uma carta branca para que os docentes apliquem paulatinamente práticas de alfabetização para as crianças que compõem esta tenra etapa de estudo.

Porém, é muito comum nas vivências cotidianas de sala de aula, professores da educação infantil se depararem com educandos, geralmente do grupo V super ativos e com uma imensa curiosidade e predisposição para a apropriação da leitura e da escrita. Desta maneira, é pertinente o estudo de práticas lúdicas de ensino, que fomenta essa vontade de maneira que a criança, adentre no ensino fundamental com uma maior disposição para apropriação da escrita e da leitura.

De acordo com o Art. 9º das Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil são as interações e as brincadeiras e experiências, com as quais os educandos podem produzir e apropriar-se de saberes por meio de suas ações e convívios com seus semelhantes e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, o crescimento e a socialização (BRASIL, 2009).

É relevante compreendermos que as práticas pedagógicas, assim como a interação com os seus pares envolvem a exploração e o acesso a todos os espaços e recursos que a instituição de ensino pode ofertar, principalmente, os espaços da BE que podem estimular ainda mais o gosto pela cultura e pelos estudos entre os educandos. com a realização de atividades diferenciadas.

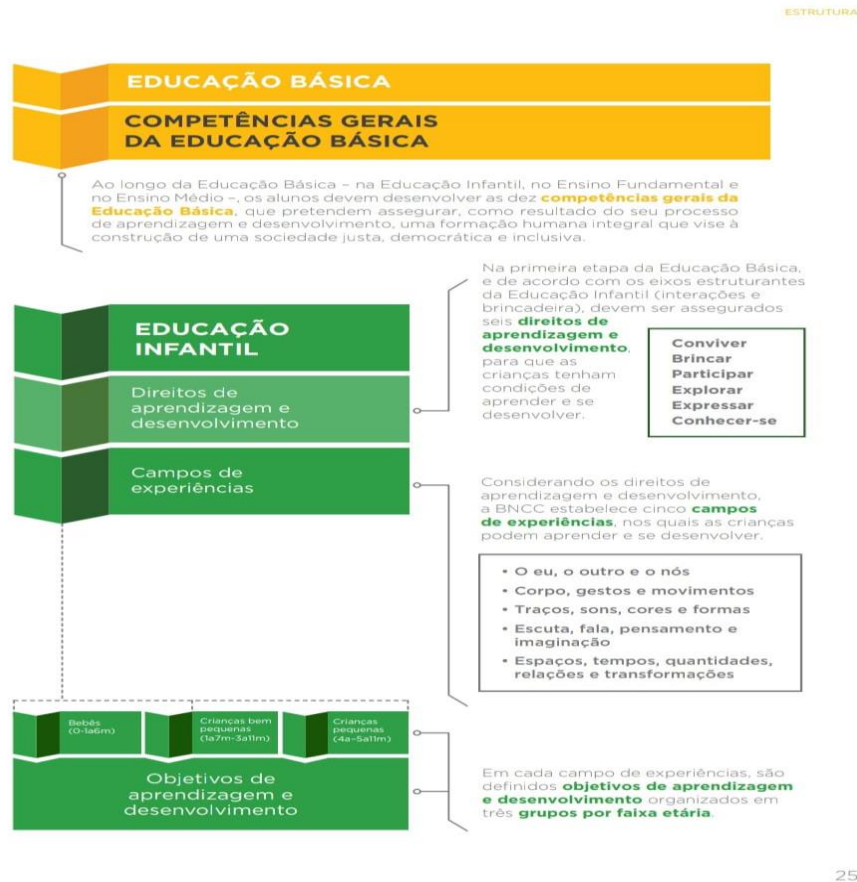
Outro ponto que podemos considerar com relação a importância da inserção da criança em espaços de aprendizagem com recursos para além da sala de aula estão explicitados no campo de experiências de escuta, fala, pensamentos e imaginação contidos na BNCC (BRASIL, 2018), que determina a necessidade da promoção de momentos de interações na educação infantil, onde as crianças possam participar de conversas, experienciando períodos de fala, de escuta, compartilhamentos de narrativas utilizando das múltiplas linguagens inerentes a cultura oral (conforme exposto no Quadro 3 da seção anterior).

A BNCC (BRASIL, 2018) ainda salienta sobre o interesse precoce explicitado pelas crianças com relação à cultura escrita, ao escutar a leitura de um texto, ao observar as escritas nos diversos textos que transitam em seu cotidiano social, familiar e escolar, e é envolta neste contexto que a criança dá início a seu processo de idealização da linguagem escrita, e assim, vai diferenciando os variados gêneros, suportes e usos coletivos da escrita.

Nesta perspectiva, podemos concluir que a criança não necessita ter se apropriado das habilidades referentes à leitura e escrita para perceber a sua importância dos textos escritos em seu núcleo social. Ou seja, a BNCC evidencia que a apropriação da escrita e da leitura não é pré-requisito para que se ocorra a familiarização da criança com os livros e os diversos gêneros literários, e demonstra que a interação com tais elementos pelo educando da educação infantil é necessária para a compreensão e apropriação futura destas competências.

A BNCC (BRASIL, 2018) também expõe no campo de experiências referentes a escuta, fala, pensamento e imaginação, que as crianças já nascem e interagem em um contexto comunicativo muito antes de se apropriarem da escrita e da leitura, conforme observado abaixo na figura 4 das Competências Gerais da Educação Básica, onde podemos vislumbrar os campos de experiências contidos na BNCC (2018).

Figura 4 - Competências Gerais da Educação Básica



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Ao analisarmos os campos de experiências explicitados na BNCC, é possível concluir que a mesma prima por uma aprendizagem ativa para as crianças frequentadoras da educação infantil, Luckesi (2011) salienta que a aprendizagem ativa é gerada pelo sujeito mediante a apreensão de assuntos socioculturais de forma participativa. Deste modo, quanto mais cedo a criança estiver envolvida de atividades criativas, que incitem o seu gosto pela leitura e pela escrita, maior será a probabilidade da mesma aprimorar tais habilidades, pois não podemos esquecer que a criança já está inserida no contexto da leitura e da escrita muito antes de adentrarem a escola.

Nesta mesma linha de pensamento, Bagnasco (2014) compreende que a criança desde cedo já está envolvida no ato da escrita e da leitura em seu cotidiano, e este fato antecede a apropriação da leitura e da escrita que serão moldadas a elas no período escolar apropriado por elas. Yunes (2009, p.2) salienta que “[...] muito

antes de conhecer o alfabeto, as crianças leem o mundo à sua volta, descobrindo coisas que não entendem, mas interagindo com elas”.

Seguindo este panorama, podemos concluir que o fato da criança ainda não ter se apropriado de competências relativas ao desenvolvimento da leitura e escrita não significa que não haja a necessidade de promoção do seu acesso a espaços e tempos destinados a momentos lúdicos e de interação com culturas, ao uso de tecnologias, assim como as literaturas desde na educação infantil, esclarecendo que um livro não precisa da palavra escrita para se contar uma história.

Esta alegação corrobora com a afirmativa de Camargo (1995), quando explicita que os livros imagéticos não se resumem a simples livros para crianças que ainda não se apropriaram da leitura, de acordo com a compreensão de cada um referente a imagem exposta. Este tipo de leitura tem a possibilidade de se transfigurar no início de uma nova jornada leituras, e tal ação poderá representar ampliação dos conhecimentos sobre a nossa cultura e sua vinculação com as demais culturas, sobre o nosso ambiente e sobre o nosso ser no decurso da história.

Nesta perspectiva, compreendemos que os livros de imagens não são meros materiais destinados ao público infantil não-alfabetizados. Eles também possibilitam a ampliação cultural do sujeito, além de permitir a miscigenação cultural do mesmo com inúmeras culturas existentes.

Uma vez que estes momentos poderão aguçar ainda mais a leitura de mundo que as crianças já realizam naturalmente, pois, de acordo com Freire (1989), a leitura de mundo se concretiza antes da apropriação do ato de ler. O uso das literaturas infantojuvenis na educação infantil é fundamental, e pode contribuir para o desenvolvimento individual da criança. Tais benefícios influenciam de forma permanente na sua formação adulta, principalmente quando o seu uso é bem direcionado. Stocker (2017) afirma que:

A literatura infantil em suas diversas vertentes, os contos de fadas, as fábulas, os personagens maravilhosos podem ser decisivos para a formação da criança em relação a si mesma e ao mundo à sua volta. O maniqueísmo que divide as personagens em boas e más, belas ou feias, poderosas ou fracas, heróis ou vilões etc., facilita à criança a compreensão de certos valores básicos da conduta humana ou convívio social, daí a sua importância no desenvolvimento infantil. Tal dicotomia, se transmitida através de uma linguagem simbólica, e durante a infância, não será prejudicial à formação de sua consciência ética. O que as crianças encontram nos contos são, na verdade, categorias de valor que são perenes. O que muda é apenas o

conteúdo rotulado de bom ou mau, certo ou errado. Desta forma, podem assim superar os medos que as inibe e enfrentar os perigos e ameaças que sentem à sua volta, podendo alcançar gradativamente o equilíbrio adulto (STOCKER, 2017, p.1622-1623).

Outro ponto a ser abordado é que realizar ações envolvendo atividades contextualizadas com o uso de literaturas infantis, possibilita ambientes com um clima acolhedor, descontraído e multidisciplinar típico de uma BE infantil. Perrotti (1990), salienta a pertinência da aplicação de táticas de incentivo cultural, de modo a estimular o entusiasmo, e atrair frequentadores para o ambiente da biblioteca, de uma maneira positiva e agradável, tornando assim as informações ali compartilhadas mais significativas para a aprendizagem do educando. Segundo Ausubel (1963, p.58), “[...] a aprendizagem significativa é o mecanismo humano, por excelência, para adquirir e armazenar a vasta quantidade de ideias e informações representadas em qualquer campo de conhecimento.”

Em outras palavras, podemos compreender a aprendizagem significativa pelo uso dos conhecimentos prévios do aluno como plataforma de apoio para a constituição de novos saberes, enfatizando que as crianças, quando adentram as instituições de ensino, seja na educação infantil, ou nas demais etapas de ensino, elas já trazem consigo os seus conhecimentos prévios de mundo. Nessa perspectiva, podemos avistar as possibilidades, que o bom uso de uma biblioteca escolar infantil pode trazer aos seus usuários.

O exposto permite que se possa analisar a presença e a ausência de um trabalho de leitura direcionado para a educação infantil. Em vista de que as bibliotecas e os profissionais bibliotecários compartilham dessa responsabilidade com as salas de aula, a pesquisa tem como referência a Região Metropolitana da Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo (ES). No entanto, tomamos como base os municípios de Vitória, Serra e Cariacica, os mesmos foram eleitos para a realização do estudo, por se tratar de municípios que contém o maior número de escolas voltadas para o atendimento da educação infantil conforme quadro 5.

Quadro 5 - Número de escolas de Ensino Infantil nos municípios pesquisados

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINOS PÚBLICAS, QUE OFERTAM A EDUCAÇÃO INFANTIL	PIB PER CAPITA	ANO DE REFERÊNCIA
Cariacica	47 Unidades	26.704,95	2019
Fundão	06 Unidades	18.271,86	2019
Guarapari	16 Unidades	18.600,78	2019
Serra	63 Unidades	49.980,16	2019
Viana	13 Unidades	34.372,62	2019
Vila Velha	37 Unidades	26.040,20	2019
Vitória	49 Unidades	59.693,66	2019

Fonte - Produção própria (2023).

Os dados informados na planilha referente aos números de unidades de ensino infantil foram coletados nos sites oficiais das prefeituras dos municípios citados. Os dados pertinentes ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, foram recuperados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Salientamos que as informações sobre as localidades e contatos das Unidades de Ensino Infantil, referente aos municípios de Cariacica, Serra e Vitória foram levantadas e tabuladas em anexo.

Para os demais levantamentos de dados, utilizamo-nos dos Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC) disponibilizados nos sites oficiais dos municípios citados, que estão de acordo com Lei de Acesso à Informação (LAI) para a coleta de dados, no qual realizamos a seguinte solicitação: Solicito informações sobre quantas e quais Unidades Públicas de Ensino Infantil, possuem bibliotecas e bibliotecários atuantes no Município? Ressaltamos que tal questionamento foi realizado aos três municípios eleitos.

A opção pelo Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC) para a coleta de dados relativos as BE e bibliotecários atuantes nas unidades de ensino infantil se deu, por ser uma forma mais objetiva, assertiva e livre dos protocolos burocráticos para que o acesso às informações pretendidas ocorra.

Outro critério para a nossa escolha foi o fato de que apesar destes municípios se localizarem no mesmo estado, eles divergem com relação a implementação de políticas públicas nacionais, como, por exemplo, ações referentes à Lei nº. 12.244, que está intrinsecamente atrelada ao objeto da nossa pesquisa, pois os municípios, e o PIB per capita destes estão entre os maiores da região da Grande Vitória. Unidos destas informações pressupõe-se na teoria, que quanto maior o PIB per capita de uma região melhor serão os serviços públicos ofertados por ela que, podem abranger desde à saúde, à educação, à segurança e outros.

Seguimos abaixo realizando uma breve apresentação dos municípios eleitos para a realização do nosso trabalho:

4.1.1 Vitória

O Município de Vitória é formado por um conjunto de ilhas e uma parte que se localiza no continente, se constituindo em uma área de 93,38km². A cidade de Vitória possui uma enorme variedade de patrimônios históricos que permeiam aos séculos XVI ao XX, e seu acervo histórico-cultural é riquíssimo, sem falar na sua nacionalmente conhecida culinária, como a moqueca e a torta capixabas, tradicionalmente feitas em panelas de barro. Panelas essas produzidas pelas famosas paneleiras de Goiabeiras, ofício este legitimado no ano 2000 como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional – IPHAN.

O Município de Vitória possui inúmeros pontos turísticos, como a ilha das Caieiras ¹⁷, onde podemos nos deliciar com comidas típicas da região. A cidade também, possui inúmeros Museus, como o Museu do Negro - MUCANE, Museu Solar Monjardim, Museu de Arte do Espírito Santo – MAES, Museu do Pescador, entre outros. Vitória também, possui teatros e uma Biblioteca Pública, a Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim, na qual é extremamente ativa na realização de projetos de fomento à leitura. Nas figuras 5 e 6 abaixo, podemos visualizar um pouco do acervo da biblioteca e imagem de divulgação dos eventos promovidos por esta última.

Figura 5 - acervo da Biblioteca¹⁸

¹⁷ Informações pesquisadas nos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Vitória

¹⁸ Imagem de Diego Alves



Fonte: <https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/biblioteca-publica>

Figura 6- Evento na biblioteca Municipal de Vitória



Fonte: <https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/biblioteca-publica>

Como se pode perceber, o município de Vitória é imensamente dinâmico com relação a eventos culturais, e possui bibliotecas e profissionais bibliotecários atuantes nas escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais. O município de Vitória foi o primeiro a responder ao questionamento realizado pelo Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC). Segundo a resposta do município, as instituições de ensino infantis estão agindo de acordo com o que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixadas pela Resolução nº 05/2009, em seu artigo 8º que determina:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL,2009)

Deste modo, a educação infantil ofertada na rede de ensino do município de Vitória busca incentivar o ato da leitura e da escrita, de forma a considerar o desenvolvimento da criança de maneira integral, propondo práticas pedagógicas envolvendo a existência da promoção de experiência em tempos e espaços, que motivem a apropriação de tais competências, e essas práticas estão vinculadas à construção de espaços de aprendizados como forma de atender um dos elementos necessários para a criação do currículo que atenda à educação infantil.

Sendo assim, os CMEIS localizados no município de Vitória contam com a previsão da existência e uso de alguns recursos pedagógicos, como tendas para a contação de histórias, árvores de livro, assim como o cantinho da leitura e demais ambientes escolares, além de compreenderem que as atividades realizadas nesses locais são de cunho curricular. Desta forma, não existe nenhum profissional bibliotecário atuante e conseqüentemente, bibliotecas ativas em nenhuma das 49 Unidades de ensino infantil do município.

4.1.2 Cariacica

O município de Cariacica possui uma região de 279.718 Km², onde 56% desta área é composta por zona rural, e o Moxuara é o símbolo que representa a cidade. É no percurso rural que temos a oportunidade de estarmos em contato com a natureza e nos deleitarmos com as delícias da culinária local. A influência dos povos africanos, indígenas e europeus exerceram grande influência na cultura e no artesanato da região. Cariacica está entre os municípios da área metropolitana com o maior número de artesãos, aproximadamente 678.

Assim como o município da Serra, o Congo também é uma manifestação cultural de Cariacica, onde ocorre o Carnaval de Máscaras em Roda D'Água. A princípio, o município possui apenas uma biblioteca pública municipal, a cidade possui também, bibliotecas e bibliotecários atuantes nas escolas de Ensino Fundamental.

Com este estudo, esperamos, de maneira científica, comprovar os benefícios de darmos acesso às crianças da educação infantil ao ambiente interdisciplinar e estimulador da aprendizagem pertencentes a uma biblioteca escolar, e que tal acessibilidade deve ser acrescida com atividades planejadas e mediadas pelo trabalho colaborativo de profissionais bibliotecários e docentes que atuam nestas instituições de ensino, porque ambos almejam as melhores práticas pedagógicas para que a aprendizagem do educando aconteça.

Varela (2007) pontua que as ações pedagógicas são também são ações informacionais, nas quais o sujeito que recebe a ação pedagógica assim como o indivíduo que pratica a ação agem de acordo com a tipologia das informações valoradas pela sociedade na qual compõem. Sendo assim, podemos concluir que a informação é imprescindível para a Educação, seja ela formal, informal, e ou, não formal.

O Município de Cariacica justifica, que apesar de possuir 52 ¹⁹unidades de ensino infantil, nenhuma dessas instituições possui bibliotecas e profissionais bibliotecários atuantes, porém na Educação Infantil do município prevalece a realização do cantinho da leitura, o projeto da mala leitura, onde as crianças podem levar os livros de acordo com a sua idade para seus lares, e compartilhar a leitura com os seus familiares.

Entretanto, é necessário ressaltar que o município de Vitória e Cariacica são uns dos municípios da região da Grande Vitória, que atendem de maneira parcial ao que é determinado na Lei nº. 12.244, pois as instituições de ensino fundamental já possuem bibliotecas e profissionais bibliotecários atuantes. Para um melhor entendimento dos dados coletados, seguem em anexo as respostas coletadas durante o desenvolvimento desta pesquisa.

As imagens das figuras 7, 8 e 9 a seguir foram retiradas da internet como uma forma de ilustrar o que seriam os recursos vigentes nas unidades de ensino infantil acima citadas, enquanto as figuras 10 e 11 são imagens dos momentos de interação dos educandos do ensino infantil com as literaturas retiradas do acervo pessoal da autora.

¹⁹ O número de unidades de ensino diverge do número apresentado na planilha por se tratar de informação repassada pelo Município em questão atualizada no ano de 2023.

Salientamos que as atividades ilustradas nas figuras abaixo são em sua maioria provenientes de ações alavancadas pelos profissionais da educação, que atuam nas unidades de ensino infantil, no intuito de promover ricas experiências às crianças, e que inúmeras vezes, estes profissionais são obrigados a suprir a escassez de verbas com investimentos pessoais para a realização de tais atividades.

Figura 7- Cantinho da Leitura



Fonte: <https://www.pequeninosdejesus.com/2018/02/cantinho-da-leitura.html>

Figura 8 - Árvore do livro



Fonte: <https://www.pequeninosdejesus.com/2018/02/cantinho-da-leitura.html>

Figura 9 - Maleta da leitura



Fonte: <http://diariodatiamari.blogspot.com/2019/03/projeto-maleta-da-leitura.html>

Figura 10 - Momento Literário



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 11 - Momento Literário



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Desta maneira, exaltar a importância de se haver bibliotecas escolares, assim como bibliotecários direcionados para educação infantil em todas instituições de ensino voltados para o atendimento deste público, é um ato de promoção da informação, assim como promoção da educação, e o seu bom uso contribui para a aprendizagem ao longo da vida do educando e, conseqüentemente, para a formação cidadã do sujeito, incentivando o surgimento de futuros leitores dotados de valores e senso crítico ao longo de suas vidas, deste modo, a aprendizagem sempre ocorrerá, pois há sempre algo novo a ser conhecido (Freire, 1989).

4.1.3 Serra

O município da Serra, possui grande relevância no campo turístico brasileiro, por possuir inúmeras opções de lazer, que envolvem lindas praias, uma rica e

diversificada manifestação cultural popular, como o congo serrano, e a festa de São Benedito, que ocorre na Serra Sede.

A Serra, tem um abastado patrimônio histórico, contemplado por ruínas históricas e Igrejas de origem jesuítica, e não podemos esquecer do seu atuante papel no campo gastronômico, com o Manguinhos Gourmet, este evento se tornou um padrão de excelência da culinária capixaba no Brasil.

Com relação ao quadro econômico, possui o 4º maior PIB se comparada aos demais municípios brasileiros²⁰, e isso se deve por dispor de um dos mais ativos núcleos de negócios, e esse predicativo se deve a sua privilegiada localização geográfica, que favorece a logística relativa aos negócios. Outro ponto relevante é o fato de ser o maior município que compõe a região da grande Vitória com aproximadamente 553,5 Km².

O município da Serra, até a presente data, nenhuma devolutiva nos foi apresentada. Apesar de ser considerado um dos municípios de maior PIB do Brasil, ser o maior município do Estado da região da Grande Vitória, além de possuir um imenso arcabouço histórico cultural, o mesmo só possui 4 bibliotecas municipais é uma profissional bibliotecária atuante em todo município, e isso é muito contraditório para um município que exalta a sua cultura, o seu potencial econômico, e não investe na criação de bibliotecas municipais e bibliotecas escolares com profissionais bibliotecários atuantes, pois uma biblioteca escolar sem bibliotecário é apenas uma sala de leitura, conforme demonstrado abaixo nas figuras 12, 13 e 14. Pontuamos que a imagem 12 é proveniente de pesquisas em sites sobre a temática, enquanto as figuras 13 e 14 são provenientes de acervo pessoal.

Figura 12 - Sala de leitura

²⁰ <http://www.serra.es.gov.br/pagina/conheca-a-serra>



Fonte: <https://cacapava.sp.gov.br/escola-eliel-recebe-sala-de-leitura-reformada-e-retoma-projeto-com-os-alunos>

Figura 13 - Sala de leitura de uma determinada escola municipal da RMGV



Figura 14 - Sala de leitura de uma determinada escola municipal da RMGV



Nuñez (2002), explana que a sala de leitura é um ambiente voltado para uma leitura descontraída e de repouso, com cadeiras e sofás confortáveis, e tal fato incita o prolongamento de quem ali adentra. Desta forma, apesar da sala de leitura possuir algumas características semelhantes à uma biblioteca como estantes, mesas e livros, ela não dispõe das mesmas atribuições profissionais que uma BE pode ofertar.

Outro ponto a ser observado, são as realidades envolvendo a ausência de BE nas unidades de ensino Infantil. Pois, existem um número relevante de unidades de ensino infantil na RMGV, que estão alocadas em locais com uma infraestrutura pequena e antiga, onde não há espaço físico e estrutural que possam comportar nem uma brinquedoteca, tão pouco uma sonhada biblioteca. Os livros provenientes do Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE), dificilmente chegam em quantidades a atender ao requisito da lei 12.244 que diz: “[...] *Parágrafo único*. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado[...] (BRASIL,2010)”.

Os livros vêm em pequenas caixas, e são utilizados e manuseados pelas crianças, o desgaste dos mesmos é alto, pois muitos livros se deterioram devido ao uso cotidiano, e potencializado pela falta de familiaridade da criança no manuseio do acervo disponibilizado, não retornam quando emprestados²¹, e o fato de não haver um espaço adequado para a acomodação do acervo. Devemos esclarecer que esta pontuação não objetiva justificar o descaso existente relacionado à ausência de BE, e, sim, trazer à luz a existência de outros fatores que interferem diretamente na causa dessa ausência, além da falta de informação sobre os direitos que permeiam o tema citado.

4.2 Análise dos dados em busca de resultados

Mediante as alegações dadas pelos Municípios de Vitória e Cariacica, é necessário pontuarmos que apesar de tais ações e projetos estarem de acordo com os requisitos estabelecidos nos documentos normativos que regem a educação infantil, e estarem proporcionando às crianças novas experiências, as mesmas não justificam, ou suprem a necessidade de bibliotecas escolares nas unidades de ensino

²¹ Não podemos esquecer que estamos nos referindo a usuários crianças.

infantil, assim como a importância da atuação do profissional bibliotecário em conjunto com os docentes que ali atuam.

Complementando as alegações acima, evidenciamos a relevância do acesso pelas crianças aos variados espaços culturais, assim como as bibliotecas escolares, pois, as ações em bibliotecas voltadas à primeira infância têm se mostrado eficazes no desenvolvimento sociocognitivo da criança Stocker (2017).

A primeira infância abrange do sexto mês de gestação até os 06 anos de idade de uma criança, passando assim, a educação infantil, a autora também salienta que “a leitura e outras atividades que envolvem a brincadeira, pois nelas, os pequenos leitores têm acesso a brinquedos, bonecos de fantoche e um mobiliário específico para favorecer a imaginação e a criatividade” (STOCKER, 2017, p.1623).

A primeira infância é uma fase significativa para o progresso da criança, pois as vivências experienciadas nesta etapa podem acompanhá-la pelo resto da vida. Desta forma, quando a criança tem a oportunidade de acessar tais conteúdos, ela será instigada a adentrar, ainda mais no mundo da imaginação, e tal fato é de extrema relevância para o seu desenvolvimento cognitivo. Para Bakhtin (2006, p. 253) “[...] o ponto de partida da imaginação criadora na maioria é constituído por um lugar determinado e totalmente concreto [...]”, salientando que o concreto aqui referido se trata da vida real da criança, sendo assim, ao negligenciarmos tal contexto, estamos a contribuir para a limitação do seu potencial de escuta e análise crítica das conexões sociais que a permeiam.

Para Reyes (2008), a biblioteca infantil se constitui como um espaço favorável para a ambientação com diversas culturas, além da apropriação da leitura. Segundo o autor:

La biblioteca para los más pequeños se constituye en un entorno propicio para experimentar una familiaridad con las múltiples formas de leer y con los materiales de la cultura y puede incidir, no sólo, en el desempeño lector estrictamente académico, sino en todas las esferas del desarrollo afectivo e intelectual (REYES, 2008, p.216).

Apesar das BE terem o objetivo de incentivar a leitura, as bibliotecas escolares buscam inserir as crianças no mundo da cultura por meio da contação de histórias. Para Costa, Gerlin e Pereira (2022), a contação de histórias permite aos seus ouvintes adentrarem a um universo fantástico cheio de magias, informações e sabedoria. A

interação das crianças com os livros, com os conhecimentos literários e científicos de forma diferenciada, incentivando assim, o amor das crianças pela leitura e o desenvolvimento de várias habilidades informacionais pertinentes a estes educandos de maneira, que eles possam explorar novos ambientes e criarem bons hábitos no decorrer de suas vidas.

Bajour (2012) também salienta a forma como as literaturas podem nos sensibilizar sobre os problemas sociais reais, demonstrando-nos formas para superá-los na ficção, e oportunizando momentos de reflexão sobre as dificuldades. A autora reconhece a escola como um espaço diferenciado para evidenciar as adversidades sociais vividas. Assim, podemos compreender que o acesso às histórias literárias, pode incentivar as crianças a refletirem sobre o seu cotidiano, de maneira incentivar o olhar crítico sobre a sua realidade.

Durante o desenvolvimento dessa seção, observamos os avanços de estudos relativos aos benefícios que o acesso às literaturas e aos recursos contidos nas BE com profissionais habilitados relacionados ao aprimoramento cultural, social, cognitivo, aprendizagem ao longo da vida das crianças que frequentam tais ambientes, e haverem leis que respaldam a existência de BE em todas as Instituições de ensino, porém, ainda temos um grande caminho a percorrer para termos este direito resguardado pelo poder público.

Os anexos deste estudo visam um maior esclarecimento dos dados levantados, além das unidades de ensino público infantil tabuladas, também constam documentos que consideramos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa como os projetos de lei que alteram a lei 12.244, e-mail com as respostas das Prefeituras de Cariacica e Vitória, assim como a solicitação de informações realizada no Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura da Serra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste estudo, buscamos nos pautar em literaturas científicas relevantes, que pudessem trazer maior qualidade a pesquisa sobre a temática proposta, e esta ação foi uma grata surpresa, porque foi possível detectar inúmeras obras que permitiram a reflexão sobre o tema, e pudemos vislumbrar de maneira bem clara as interligações existentes entre a Ciência da Informação e a Educação, enfatizando a relevância e os benefícios ao propiciarmos o acesso à informação e a todos os recursos que uma BE pode ofertar às crianças que frequentam a educação infantil.

Ao buscarmos conhecer a historicidade das BE no Brasil, nos deparamos com uma rica trajetória que avança de maneira mútua com a educação, onde a existência da biblioteca também se faz necessária dentro das instituições de ensino, assim como a presença do profissional bibliotecário atuando em parceria com os demais professores nos planejamentos pedagógicos. Também foi, por meio do estudo da historicidade, que conhecemos as precursoras na criação e implantação das primeiras bibliotecas voltadas para atender as crianças, bibliotecárias dotadas de uma visão vanguardista sobre a importância de se haver literaturas voltadas para o público infantil, pois quando uma BE é ativa na escola na qual se localiza, há um ganho para todos da comunidade escolar, e é realmente triste que a existência de bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino não ser uma realidade universal.

Em todo percurso de nossa pesquisa, percebemos criticamente os inúmeros benefícios que o uso da BE e os seus recursos multimídias podem trazer para o desenvolvimento pleno das crianças que frequentam o ensino infantil, e como tais experiências podem interferir e auxiliar na transição dos mesmo para as próximas etapas de ensino com uma maior leveza. Entretanto, não podemos esquecer que para que isso aconteça, os processos didático-pedagógicos devem estar alinhados com o PPP, de forma que as atividades no ambiente da BE estejam previamente organizadas.

Infelizmente, não foi identificada nenhuma biblioteca escolar nas instituições de ensino público infantil nos municípios da Serra, de Cariacica e Vitória, apesar do estabelecimento da Lei nº.12.244/10 de garantir o direito a implantação de bibliotecas em “todas” as instituições de ensino, a educação infantil vem sendo relegada ao

esquecimento pelo poder público, teremos que aguardar se com o novo prazo estabelecido pela Lei nº.12.244/10, a educação infantil será contemplada.

É um tanto contraditório, para a educação infantil, haver a Lei nº.12.244/10, que garante a existência de uma BE estruturada e rica em recursos literários, nas unidades de ensino infantil, e as prefeituras, assim como não atuação dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da aplicação efetiva dos requisitos normativos que permeiam a educação não se fazerem presentes com relação a esta temática. Outro ponto relevante é a própria BNCC, um documento normativo novo, só prever a existência da biblioteca escolar a partir do Fundamental I - Anos Iniciais.

Pudemos vislumbrar a relevância das legislações normativas como a BNCC e as DCNEIs para o processo de ensino e a aprendizagem das crianças matriculadas na educação infantil, assim como para os conteúdos curriculares a serem contemplados nesta etapa de ensino, pois sua existência é um enorme progresso para a educação, garantindo uma melhor qualidade de ensino para as crianças, que ali estão, de modo, a reconhecê-las como sujeitos aprendentes que possuem uma historicidade, com direitos que devem ser respeitados, que têm muito a aprender e a contribuir para a criação de novas aprendizagens.

O acesso a materiais literários, assim como a disponibilização dos mesmos a ambientes adequados para acessá-los, com a mediação de um profissional bibliotecário é, e sempre será de grande valia para uma melhor formação ao longo da vida, assim como na prática cidadã das crianças que frequentam a educação infantil, porém essa possibilidade nos parece um tanto distante.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 126 p.

AKANWA, Pearl C.; OJEABULU, Ngozi; OKORIE, Ogechi Nkechi. Effect of Literature in the School Library on the Social Development of Children. **Journal of Applied Information Science and Technology**, [S.l.], v.11, n.2, p.207-2016, 2018. Disponível em: <https://www.jaistonline.org/11vol2/22.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

AUSUBEL, D.P. **The psychology of meaningful verbal learning**. New York: Grune and Stratton, 1963.

BAGNASCO, D. G. P. **Leitura de histórias na educação infantil**: como se desenvolve? 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: http://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_2c1e5e90feed6f42db950fb6f5dcb48e. Acesso em 11 nov. 2022.

BAJOUR, Cecília. **Ouvir nas entrelinhas**: O valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovith. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BIBLIOTECA Municipal. Prefeitura de Cariacica, 2019. Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/pagina/semcult-biblioteca>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS. Prefeitura da Serra, S/D. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/site/pagina/bibliotecas-municipais>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BIBLIOTECA Pública. Prefeitura de Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/biblioteca-publica>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Constituição. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Brasília: MEC/MC, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília,

23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº.12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 maio 2010. Seção 1, p.3. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/05/2010&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=136>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.632, DE 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 mar. 2018. Seção 1, p.1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/03/2018&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=144> Acesso em: 02 maio 2021.

BRASIL. Material suplementar para o redator de currículo - não faz parte da BNCC. [s.d]. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB, nº.5/2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

BRITTO, L. P. L.; PACHECO, F. E. da C. A educação da função imaginante: conceitos e fundamentações para uma abordagem pedagógica da contação de histórias. **Revista teoria e prática da educação**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 45-58, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45467/pdf>. Acesso em: 08 dez. 2021

BIBLIOTECA escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares: Documento complementar 1: espaço físico. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2016. 24 p. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2193>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRUNER, J. S. **O Processo da Educação**. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei nº. 4401/2020. Dispõe sobre os requisitos mínimos para as bibliotecas escolares e amplia o prazo de universalização para 2022.

Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=226120>
3. Acesso em: 13 dez. 2022.

CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei nº. 4003/2020. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e alterar o prazo para que os sistemas de ensino efetivem a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2259035>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CAMARGO, Luís. **Ilustração do livro infantil**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1995.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 64 p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COELHO, Marcela Lopes Mendonça. **Leitura na biblioteca escolar: refletindo além das palavras com poemas e canções**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1025?show=full>Acesso em: 3 jun. 2021.

CONHEÇA a Serra. Prefeitura da Serra, S/D. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/pagina/conheca-a-serra>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, Lidiane Rodrigues dos Santos da; PEREIRA, Joanicy Leandra; LEMOS, Daniela Lucas da Silva; PEREIRA, GLEICE; SANTOS, Sergio Pereira dos. Da inclusão informacional para a inclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ENANCIB, 2022. Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/enancib2022/programacao/gt-3-mediacao-circulacao-e-apropriacao-da-informacao/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, L. R. D. S.; GERLIN, M. N. M.; PEREIRA, G. "abre-te, sésamo": a contação de história como estratégia de mediação da informação na educação infantil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/202724>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CULTURA Popular e Tradicional. Prefeitura de Cariacica, 2019. Disponível em:
<https://www.cariacica.es.gov.br/cultura>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DOMINGUES, Tiago César. **Educação e cidadania: aspectos legais, concepções e processos pedagógicos desenvolvidos na ETEC de Piedade-SP à luz de Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em

Educação da UFSCar; Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9199/Disserta%
c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado%20-%20Tiago%20C%a9sar%20Domingues%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9199/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado%20-%20Tiago%20C%a9sar%20Domingues%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 7 fev. 2023.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

DURO, Y. Z. Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 3/4, p. 211-222, jul./dez. 1979. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18309>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ELY, Neiva Helena. Dimensões da Biblioteca Escolar no Ensino Fundamental. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 8/9, p. 46, 2003/2004. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/405/510>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ENGUITA, Mariano Fenandéz. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Organizadores). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2001. p.93 - 110.

FREIRE. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. (2002). **Pedagogia do Oprimido**. 33ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FÉLIX, A.F; DUARTE, A. B.S. A biblioteca escolar como espaço diferenciado: a perspectiva da cultura escolar. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v.3 n.2, p.1-14, 2015.

FERRAZ, Marta Maria Pinto. **Leitura mediada na biblioteca escolar**: uma experiência em escola pública. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20052009-135633/pt-br.php>. Acesso em: 23 maio 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLAMÍNIO, Luiz Henrique Martins. **“Ensino médio: a prática avaliativa integrada no processo pedagógico”**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em

Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - PUCSP, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22512>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/12313879/141709969_FLICK_Uwe_Introducao_a_pesquisa_qualitativa_1. Acesso em: 2 set. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, p.31-92. 2001.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. In: **Institut International des droits de l'enfant (IDE) droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?**, Sion (Suisse), 18-22, out. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

GERLIN, Meri Nadia Marques. SIMEÃO, Elmira Luzia Melo Soares. Transgressões no campo da Ciência da Informação: abordagens de uma prática científica em permanente constituição. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 34-58, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/58930/40615>. Acesso em: 15 maio 2022.

GIMENO SACRISTÁN, José. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Proceedings online**... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 7 set. 2021.

GONDAR, A; FERREIRA, M. A. Desafios do uso do livro didático no ensino superior. **Pandaemonium**, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 302-330. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pg/a/WwtkbCbzsQffGc5kBkQBZdH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2022.

HELLER, B.; JACOBI, G.; LIMA, J. B. **Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação**. Ciência da Informação, v. 49, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/149761>. Acesso em: 17 jan. 2023.

HILLESHEIM, A. I. A.; FACHIM, G. R. B. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v.4, n.4, p. 64-79, 1999.

HISTÓRICO e Cultural. Prefeitura de Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/turista/historico-e-cultural>. Acesso em: 20 set. 2022.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESO para a biblioteca escolar**. 2005. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2021. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt_BR.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

IFLA. **Lineamientos IFLA para Servicios Bibliotecarios para Niños de 0 a 18 años**. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/694/1/ifla-guidelines-for-library-services-to-children_aged-0-18-es.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO FILHO, M. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1a Conferência da Série "A educação e a biblioteca", pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944.

MACHADO, Regina. **A arte da palavra e da escuta**. São Paulo: Reviravolta, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 2 abr. 2022.

MORAES, L. A criança, o livro e a biblioteca: o estudo de usuário na educação infantil. **CRB 8 Digital**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9666>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MOREIRA, C. I. **A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil**, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1512>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MOREIRA, Marco Antônio; OSTERMANN, Fernanda. Sobre o ensino do método científico. **Caderno catarinense de ensino de física**, Florianópolis, v. 10, n. 2 (ago. 1993), p. 108-117. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85011>. Acesso em: 12 maio 2022.

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. **O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9302>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MUNICÍPIO de Serra. Cidade-brasil. 2022. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-serra.html#:~:text=Serra%20%C3%A9%20uma%20cidade%20de,km%C2%B2%20no%20territ%C3%B3rio%20do%20munic%C3%ADpio>. Acesso em: 15 out. 2022.

NUÑEZ, Eloy Martos. Espaços de leitura: projetos, conteúdos e animação cultural. In. Rösing, Tânia e Becker, Paulo (org.). **Leitura e animação cultural, repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo. UPF Editora, 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Tradução de Walda de Andrade Antunes. Brasília: FEBAB, 1985.

OTTONICAR, S. L. C.; SILVA, R. C.; BELLUZZO, R. C. B. A Competência em Informação (Colnfo) como um fator fundamental para a Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 23–41, 2018. DOI: 10.26512/rici.v11.n1.2018.8427. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8427>. Acesso em: 12 maio. 2022.

PÁSCOA, Gina Maria Gouveia. **Fatores socioculturais na formação ao longo da vida: um estudo sobre a aprendizagem das Tecnologias da Informação e da Comunicação em Populações 50+**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 594 f. 2017. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13214/1/Tese%20Final%20-%20Gina%20P%c3%a1scoa.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

PASSOS, R.; SANTOS, G. C. D. Em tempos de globalização e mudança: a identificação da cidadania na sociedade de informação. **Transinformação**, v. 17, p. 1-10, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217457>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, G.; ULIANA, E. C. O trabalho colaborativo professor e bibliotecário no desenvolvimento de um projeto: um estudo de caso. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 138–152, jul./dez. 2018. DOI: 10.5433/2317-4390.2018v7n2p138. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/100122>. Acesso em: 01 set. 2021.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. **O conceito de diferença no currículo escolar: uma reflexão filosófica sobre os fundamentos pedagógicos da BNCC**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Marília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191851/piassa_zac_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 7 fev. 2023.

PIMENTA, Jussara. Leitura e encantamento: a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. In: NEVES, M.; LÔBO, Y.; MIGNOT, A. (org.). **Cecília Meireles: a poética da educação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Loyola, 2001, p.105-119.

Pombo, O. (2006). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc Em Revista**, 1(1). <https://doi.org/10.18617/liinc.v1i1.186>. Acesso em: 7 mar. 2023.

POPULAÇÃO. Instituto Brasileiro de Geografia. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/cariacica/panorama>. Acesso em: 15 set 2022.

POPULAÇÃO. Instituto Brasileiro de Geografia. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PORTO, R. M. A. B. (2015). Inclusão digital: um caminho para inclusão social. **Ciência da Informação**, v.43, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1411>. Acesso em: 28 maio 2022.

POWER's, Effie Louise. **Library service for children**. Chicago: American Library Association, 1930.

PROŠIĆ-SANTOVAC, D. "Making the Match: Traditional Nursery Rhymes and Teaching English to Modern Children." In: **Children's Literature in English Language Education**, v.3, n.1, p. 25–48, 2015. Disponível em: clelejournal.org/wp-content/uploads/2015/05/ProsicSantovac-CLELEjournal-v3.1-20151.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

QUALIDADE. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/qualidade/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

QUEIROZ, M. M. M. Internet and citizenship: o grupo virtual como espaço de fala do cidadão. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5819>. Acesso em: 6 mar. 2023.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F.; BOTELHO, A. A contação de histórias como estratégia para o resgate e preservação do patrimônio cultural. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DADOS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**, 3, 2016, Marília. Anais. Marília: Unesp, 2017/2016. v. 2, p. 928 - 941.

REYES, Y. La biblioteca para los que “non saben leer”: acceso a libros y lecturas em la primera infância. In: BONILLA, E et al. (Orgs). **Biblioteca y escuelas: retos y desafios em la sociedade del conocimiento**. Barcelona: Editorial Océano, 2008. p. 209-238.

RODRIGUES, L. P. S. Práticas leitoras com crianças de 0 a 3 anos de idade: o que revelam as narrativas das professoras? In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais...** Niterói, RJ: UFF, 2019. p.1-5.

RODRIGUES, V.; KAFURE, I. A interação entre a criança da primeira infância e a informação digital. **Biblionline**, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16195>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, J. M. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 2, p. 173-189, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2481>. Acesso em: 9 set. 2021.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. “**Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes**”: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012. Orientadora: Ivone Martins de Oliveira. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1429>Acesso em: 2 maio 2022.

SARACEVIC, T. Information Science. **JASIS – Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2013_spring/inls285_001/materials/Saracevic.T.1999.Information_science.JASIS.50.12.1051-1063.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information Science. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>Acesso em 26 abr. 2022.

SENNA, A.; BARBOSA, M. F. S. O.; SOUZA, T. A. Biblioteca infantil como lugar de encantamento. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 108-125, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71109>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SILVA, M. A. P.; SOUZA L. M. S.; MORAES, L. S. Biblioteca e ação cultural: apontamentos conceituais a partir da experiência na Universidade Federal de São Carlos. **Informação & Sociedade**, v.9, n.1, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/418/339>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SILVA, S. S. DA; TANUS, G. F. DE S. C. O bibliotecário e as fakes news. **Informação em Pauta**, v. 4, n. 2, p. 58-82, 27 dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/41558>. Acesso em: 17 jan. 2023

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, F. D. C. Construindo a cidadania?. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 4 n.1 1994, n. 1, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91164>. Acesso em: 6 mar. 2023.

TARGINO, M. das G.. Biblioteconomia, informação e cidadania. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149 a 160, jul./dez. 1991.

STOCKER, C. T. Biblioteca pública infantil de Sergipe: uma experiência com projetos de incentivo à leitura a partir da primeira infância. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1621-1632, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4010>. Acesso em: 30 jul. 2021.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

UNESCO. **Aprender a ser**: la educación del futuro. Madrid: Unesco, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132984/PDF/132984spab.pdf.multi> Acessem em 13 abr. 2021.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

UNESCO INSTITUTE FOR LIFELONG LEARNING (UIL). **UNESCO Institute for Lifelong Learning Technical Note**: Lifelong Learning. 2015. Disponível em: <https://uil.unesco.org/notes>. Acesso em: 2 abr. 2022.

VARELA, Aida. **Informação e Construção da Cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.144 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola**: Espaço do Projeto Político Pedagógico. 17.ed. -Campinas, SP: Papirus, cap.1. p. 9-32, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores. In: **Obras Escogidas**: Problemas del Desarrollo de la Psique, Tomo III, Madrid: Aprendizaje: Visor, 1995, p.97-120. (Original, 1931). Disponível em: <http://www.papelesdesociedad.info/IMG/pdf/vygotsky-obras-escogidas-tomo-3.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

VILELA, R. Bibliotecas públicas infantis: histórias de ontem e hoje. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 35, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/162795>, Acesso em: 11 jan. 2022.

YUNES. **Tecendo um leitor**: uma rede de fios cruzados. Curitiba: Aymará, 2009.

ANEXOS

ANEXO A - PL 4003/2020



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Sergio Vidigal- PDT/ES

PROJETO DE LEI Nº 2020.

(do Sr. Sérgio Vidigal)

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e alterar o prazo para que os sistemas de ensino efetivem a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de

2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o acervo físico e digital de livros, materiais videográficos, áudios, fotos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

.....
.....
....." (NR)

Art 2º O artigo 3º da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998." (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Sergio Vidigal- PDT/ES

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei, que ora apresento, visa alterar a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e alterar o prazo para que os sistemas de ensino efetivem a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais.

De acordo com a Lei Nº 12.244/2010, todos os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos.

Apesar de extremamente meritória, a legislação carece de aprimoramentos, no sentido de **prever o acervo virtual de livros, arquivos digitalizados, fotos, vídeos, áudios, e outras ferramentas digitais importantíssimas para o processo de ensino-aprendizagem.**

Importante destacar estudo (CAMPOLLO et al., 2015) que investigou as reações à Lei nº 12.244/2010, por meio da análise de artigos acadêmicos e outros materiais divulgados na Internet, constatando que o déficit de bibliotecas foi o tema de maior evidência. Citando dados do Censo Escolar da Educação Básica do Ministério da Educação, os autores do referido estudo evidenciaram que a falta de bibliotecas atinge principalmente as escolas de ensino fundamental e que a rede privada está em melhor situação do que a pública.

Nas escolas públicas, o maior problema é o fato de as escolas municipais destoarem, em larga medida, do quadro geral das escolas federais, uma vez que estas constituem minoria no contexto do ensino básico e se encontram em situação bastante positiva. Outros níveis de ensino são também vistos como críticos, como é o caso das escolas de educação infantil e educação especial, que contam com número reduzido de bibliotecas. O estudo estimou que a quantidade de bibliotecas a serem criadas em função da Lei

foram feitas, variando os números entre 128 mil a 130 mil bibliotecas necessárias



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Sérgio Vidigal-PDT/ES

para atender a todas as redes e níveis de ensino do País até 2020, encerramento do prazo previsto na Lei.

Um espaço de leitura conectado não deve substituir integralmente as bibliotecas físicas escolares, mas podem criar um caminho alternativo para a construção de um País mais letrado. Tanto o acervo físico quanto a biblioteca digital escolar são complementares e tornam o processo de ensino-aprendizagem alinhado à realidade de inúmeros estudantes, que passam boa parte do dia conectados e têm facilidade em utilizar recursos *on lines*.

Conforme mencionado anteriormente, o Brasil precisaria construir mais de 100 mil bibliotecas até 2020, para cumprir a Lei 12. 244/2010. Dessa forma, torna-se necessário expandir o prazo para a expansão das bibliotecas, ganhar tempo com a construção das bibliotecas digitais e reinvestir o montante da diferença dos exemplares impressos em títulos digitais. Ademais, a biblioteca digital pode ajudar no desenvolvimento da Educação com investimentos menores do que a construção de bibliotecas

de tijolos.

Nossa ideia, além de melhorar a estrutura das escolas com a instalação de ambientes de leituras conectados, cria maneiras sustentáveis de se fazer cumprir a lei, e colabora com a expansão do número de leituras em nosso País. Dessa forma, propomos a alteração da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, no sentido de utilizar suas prerrogativas para ajudar a levar livros às escolas, aos pais, alunos e professores, por meio das bibliotecas virtuais conectadas.

Sendo assim, considerando a relevância do tema, convocamos os nobres pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2020

SÉRGIO VIDIGAL
Deputado Federal – PDT/ES

ANEXO B – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE			
Nome:	LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS DA COSTA		
CPF:	088.514.217-90		
Nascimento:	29/05/1982		
Profissão:	Professora	Escolaridade:	Pós-Graduação
Endereço:	Casa		
CEP:	29.178-531	Bairro:	Nossa senhora da Conceição
Cidade:	Serra		
Contato para Resposta:	Pelo Sistema (com aviso por e-mail)		
E-mail:	lidiarspedagoga@gmail.com		
INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO			
Abertura:	03/01/2023	Prazo de Atendimento:	23/01/2023
Assunto:	Educação	Situação:	Respondido
Orgão:	SEME - Secretaria Municipal de Educação		
DESCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO			
Solicito informações sobre quantas e quais Unidades Públicas de Ensino Infantil, possuem bibliotecas e bibliotecários atuantes no Município de Cariacica?			
HISTÓRICO			



Prefeitura Municipal de Cariacica

19/01/2023

Hora: 14:17

Pedido: 000382.2023-11

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Pedido Respondido com Resposta Completa

quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 por SEMCONT - Secretaria Municipal de Controle e Transparência

Boa tarde! Segue a resposta da Secretaria Municipal de Educação: Em resposta a solicitação de No 000382.2023-11, informamos sobre os itens: 1. Quantas unidades de ensino possuem a rede municipal de Cariacica, separando-as por ensino fundamental e educação infantil: A rede municipal de ensino de Cariacica possui 52 centros de Educação Infantil e 74 unidades de Ensino Fundamental, totalizando um atendimento a 126 escolas no ano de 2022. 2. Quantas escolas possuem bibliotecas e/ou salas de leituras, nos termos exigidos pela Lei nº 12.244/2010: Na rede municipal de ensino de Cariacica, principalmente, na Educação Infantil vigora a prática de "Cantinho da Leitura" que é um espaço que pode ser organizado na sala de aula, brinquedoteca, pátio ou outro espaço disponível na escola, que ofereça condições salutaras para que professores (as) e crianças realizem leituras, de acordo com sua faixa etária e projeto realizado pelo professor (a). Outro projeto desenvolvido na rede é a "Mala da Leitura" na qual as crianças e estudantes do ensino fundamental levam livros para casa, para serem lidos com suas famílias ou até mesmo, sozinhos. 3. Quantas bibliotecas possuem bibliotecárias atuando durante todo o turno escolar, e, destes (número total de bibliotecários que atuam na rede), quantos são contratados temporariamente e quantos são efetivos: Temos 28 bibliotecários efetivos que atuam na rede, com carga horária administrativa de 40h semanais, que são distribuídas de acordo com a necessidade da escola. Não trabalhamos com profissionais contratados para esse cargo. Portanto, nas escolas que possuem bibliotecas e não possuem os bibliotecários (as), estas unidades de ensino se organizam de acordo com suas necessidades, para fazer uso do referido local com os estudantes. 4. Se foi estipulado do Plano Municipal de Educação previsão para a implementação de bibliotecas e ampliação de seus acervos. Sim. Na última plenária da V Conferência Municipal de Educação de Cariacica realizada em 14/02/2022, foram aprovadas as seguintes estratégias na meta 20: "Estratégia 20.12: Garantir estratégias, políticas e planos que busquem implementar os princípios do Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares, assim como, desenvolver esforços progressivos para universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino, conforme previstos nos termos da Lei nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010, sendo respeitada a profissão do Bibliotecário, bem como garantir recursos financeiros para manutenção das mesmas. Estratégia 20.13: Buscar garantir a implementação das diretrizes da Política Nacional do Livro que trata a Lei nº 10.753 de 30 de Outubro de 2003, assegurando recursos financeiros destinados às bibliotecas, para a aquisição de livros, bem como garantir a participação do bibliotecário no processo de escolha dos livros". A Secretaria Municipal de Educação de Cariacica iniciou em 2022 um processo de compra de um acervo literário, para as bibliotecas e unidades de ensino da rede, a fim de atender todas as modalidades de ensino. De acordo com o § 4º e art. 15 da Lei Federal nº 12.527/11 – Lei de acesso à Informação, se o cidadão não obteve as informações solicitadas, ou as recebeu incompletas, ou ainda quando o ente federado não fornecer o motivo da negação, o mesmo terá o prazo de 10 (dez) dias para efetivar o recurso. A autoridade superior a quem foi enviado o recurso terá 05 (cinco) dias para sua apreciação e resposta.

Resposta de SEME - Secretaria Municipal de Educação

quarta-feira, 18 de janeiro de 2023

Encaminhado para SEME - Secretaria Municipal de Educação

quarta-feira, 4 de janeiro de 2023 por SEMCONT - Secretaria Municipal de Controle e Transparência

ANEXO C – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Aviso de atualização de chamado - Prefeitura de Vitória

De: sic156@vitoria.es.gov.br

sic156@vitoria.es.gov.br

Para: lidians@hotmail.com lidians@hotmail.com

Enviado: segunda-feira, 9 de janeiro 16:00

AVISO DE ATUALIZAÇÃO DE CHAMADO - PREFEITURA DE VITÓRIA

O chamado de "PEDIDO DE INFORMAÇÃO" SIC nº 2023000857 aberto na Prefeitura de Vitória, foi atualizado.

Chave de acesso: 01U10-35MHP Estado

atual: Andamento

Solicitante: LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS DA COSTA

Abertura: 03/01/2023 19:13 Detalhamento:

Solicito informações sobre

aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças". (BRASIL, 2009) Dessa forma, as experiências com as práticas de leitura e escrita nos CMEIs de Vitória acontecem considerando a integralidade das crianças e o trabalho com as diferentes linguagens na Educação Infantil, na busca de uma proposta integrada, de não hierarquização e nem compartimentalização dos conhecimentos. É nesse contexto que são promovidas essas experiências: "O desafio aponta para a implementação de práticas que assumam uma perspectiva integradora, que conta com planejamentos coletivos e criação de situações comunicativas diversas nos espaços tempos da Educação Infantil. Dessa forma, com a articulação de linguagens, saberes, experiências e profissionais, possibilitamos que as crianças sejam produtoras dos mais variados textos, sejam eles orais, escritos, imagéticos, corporais, entre

quantas e quais Unidades Públicas de Ensino Infantil, possuem bibliotecas e bibliotecários atuantes no Município de Vitória?

- HISTÓRICOS DO CHAMADO -

02.Notificação-09/01/2023 15:55

Informamos que a etapa da Educação Infantil atende às especificidades da infância, da forma como as crianças de 6 meses a 6 anos de idade se relacionam com o mundo e constroem sentidos para o que experimentam. O objetivo das unidades de ensino de Educação Infantil é possibilitar a ampliação das experiências vividas pelas crianças, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixadas pela Resolução nº 05/2009, em seu artigo 8º: "A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e

outros, com vistas a manifestarem seus questionamentos, pensamentos, curiosidades, ideias e compreenderem o funcionamento das linguagens". (PMV/SEME, 2020, p. 90) Assim, movimentar-se, desenhar, pintar, apreciar uma gravura, ouvir uma canção, dançar, construir e desconstruir com materiais não estruturados, brincar de faz de conta, ouvir histórias, escrever cartas, realizar visitas a museus, teatros, conviver com música, manusear e ler de diversas maneiras livros e outros portadores textuais são experiências promovidas no cotidiano dos CMEIs. Para promover ambientes que potencializam as mediações com as múltiplas linguagens, entre elas, a linguagem escrita, a Educação Infantil de Vitória propõe a Produção de Cenários de Aprendizagem como um dos cinco elementos considerados na construção do currículo da Educação Infantil. Assim nos 49 Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Vitória, são previstos cantinhos de leitura, tendas

para contação de histórias e produção de outros cenários, como árvores de livros, por exemplo, considerando todos os espaços como espaços de leitura. Neste sentido, não há profissionais bibliotecários lotados nas unidades de ensino de Educação Infantil, entendendo que o trabalho desenvolvido nesses espaços é curricular.

01.Transferência-04/01/2023 14:07

-- Encaminhamento interno --

Esta mensagem foi enviada porque seu e-mail foi cadastrado neste chamado.

Esta mensagem foi enviada automaticamente pelo Sistema de Informações ao Cidadão - SIC. Os andamentos deste chamado podem ser consultados a qualquer tempo acessando www.vitoria.es.gov.br - Serviços - Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), informando o número deste chamado e o CPF do solicitante ou acessando o Portal do Cidadão em

<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/portaldocidadao>

.Para sanar qualquer dúvida, entre em contato com o Fala Vitória 156, ligando para 156 de qualquer telefone fixo ou celular e deve ser realizada dentro do município de Vitória.

Fim do documento ■

ANEXO D – RESPOSTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA



Prefeitura Municipal da Serra

06/02/2023
Hora: 21:58

Pedido: 001024.2023-40

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE

Nome: LIDIANE RODRIGUES DOS SANTOS

CPF: 088.514.217-90 **Sexo:** Feminino

Nascimento: 29/05/1982

Profissão: Professora **Escolaridade:** Pós-Graduação

Endereço: RUA ELISIO MIRANDA,N139, BAIRRO N.S. DA CONCEIÇÃO

CEP: 29.176-531 **Bairro:** Nossa senhora da Conceição

Cidade: SERRA **UF:** ES

Contato para Resposta: Pelo Sistema (com aviso por e-mail)

E-mail: lidiars@hotmail.com

INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO

Abertura: 06/02/2023 **Prazo de Atendimento:** 27/02/2023

Assunto: Educação **Situação:** Solicitado

Orgão: SEDU - Secretaria Municipal de Educação

Bairro: Serra Centro **Referência:**

DESCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO

Solicito informações sobre quantas e quais Unidades Públicas de Ensino Infantil, possuem bibliotecas e bibliotecários atuantes no Município?

HISTÓRICO

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE CMEI DO MUNÍCIPIO DE CARIACICA

MUNICÍPIO DE CARIACICA			
	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
1	Abilio Luiz Fagundes	Rua Augusta Campos, s/nº, Jardim de Alá	3316 2993
2	Altiva Belmond	Rua Ceará, 150, Jardim Campo Grande	3396-8423
3	Alzira Maria de Jesus	Rua Alzira Maria de Jesus, 1, Aparecida	3336-4012
4	Amélia Virginia	Rua Quinze, s/nº, Antônio Ferreira Borges	3284-5404
5	Ana Lúcia Ferreira da Silva	Rua Muniz Freire, 12, Itaquari	3396-8144
6	Aparecida Conceição Casagrande Camilio	Rua Vicente Santório Santini, s/nº, Flexal I	3336-4511
7	Benedito Ribeiro de Almeida	Rua Rei Ciro, s/nº, Vale dos Reis	3396-8937
8	Cecília Meireles” (Futuro Certo)	Rua Treze, s/nº, Maracanã	3366-0658
9	Cleto Prudêncio Rodrigues	Rua Lopes Loureiro, s/nº, Cariacica-Sede	3254-2849
10	Corina Serrano Mota” (Branca de Neve)	Rua H, 330, Nova Brasília	3286-6167
11	Darcy Rodrigues Cardoso” (Disneylândia)	Rua A, Quadra 01, s/nº, Santana	3386-1490
12	Dom João Batista da Motta e Albuquerque	Rua Projetada, s/nº, Nova Rosa da Penha	3254-7171
13	Dom José Mauro Pereira Bastos” (Arco Íris)	Rua Linhares, s/nº, Bandeirantes	3326-3574
14	Edmilson Varejão	Rua Edmilson Varejão, s/nº, Alto Lage	3343-9493
15	Elisa Leal Bezerra	Rua Curupayti, s/nº, Prolar I	3254-5280
16	Emiliana Giles Bragança (Meu Primeiro Passo) (anexo)	Rua Presidente Cota e Silva, s/nº, Castelo Branco	3326-3031
17	Emiliana Giles Bragança” (Meu Primeiro Passo) (sede)	Rua Senador Gerson Camata, Beco 15, União	3316-7321
18	Erenita Rodrigues Trancoso	Rua Imaculada Conceição, s/nº, Itacibá	3286-2219
19	Geraldo Menegucci (Tom e Jerry)	Rua Santa Clara, s/nº, Santa Rosa	3326-9953
20	Ivan Roberto de Sousa	Rua Santa Clara, s/nº, Santa Rosa	3236-4631
21	Jacy Pereira (Novo Brasil)	Rua Amazonas, s/nº, Novo Brasil	3286-2829
22	Jaime dos Santos (Nosso Amiguinho)	Rua Central, s/nº, São Geraldo II	3286-7163
23	Jesus Menino	Praça John Kennedy, s/nº, Campo Grande	3286-0931
24	João Bubach	Rua dos Lírios, s/nº, Santo André	3343-4053

25	João Colombo	Rua São Sebastião, s/nº, Presidente Médice, Morro do Meio	3343-5800
26	José Luis Araújo (Flor de Piranema)	Av. São José, s/nº, Novo Horizonte	3226-9397
27	Julio Coutinho	Rua Silvano Ferreira Santos, Porto Novo	3396-5791
28	Larissa Pereira Batista (Chapeuzinho Vermelho)	Rua Apolo XI, s/nº, Bela Aurora	3316-2493
29	Luiz Santiago Filho	Avenida Central, s/nº, Campo Verde II	3254-0044
30	Manoel Coutinho Siqueira	Rua Maria Siqueira Dias, s/nº, Porto de Santana	3396-4121
31	Maria Aparecida Lacerda Moura	Rua José Antônio Silva, 28, Vera Cruz	3396-6973
32	Maria Custódio de Jesus	Rua Auta Schwab, s/nº, Porto Belo I	
33	Maria Inês Gurtler	Rua Volta Redonda, 157, Liberdade	3316-9451
34	Maria Jardelina Santos	Rua Projetada, s/nº, Nova Rosa da Penha	3254-0444
35	Maria Rachel do Nascimento	Av. Nossa Senhora da Penha, s/nº, Flexal II	3236-3008
36	Maria Ribeiro Rezende	Rua 05, Quadra 28, s/nº, Nova Rosa da Penha	3284-3612
37	Pastor Jocarly Alves Cardoso	Rua Emília Monjardim, s/nº, Retiro Saudoso	3336-4527
38	Pedro Vieira da Silva	Rua Aparecida, s/nº, São Geraldo	3286-6681
39	Princípio do Saber	Rua Nativo da Natividade, s/nº, Padre Gabriel	3396-1275
40	Rafael Capucho Mazioli (Pio XII)	Rua Pio XII, s/nº, Alto Boa Vista	3336-5223
41	Rosalina Marques de Souza	Rua da Liberdade, s/nº, Flexal II	3366-1999
42	Silvino de Paula Ramos	Rua Domingos de Paula Ramos, s/nº, Porto Novo	3343-4265
43	Tarcílio Montanari	Rua Barão de Itapemirim, s/nº, Bela Aurora	3366-2241
44	Tereza Tironi Martins (sede)	Rua Itamaraty, s/nº, Dom Bosco	3286-5913
45	Tereza Tironi Martins (anexo)	Rua São Pedro, s/nº, Dom Bosco	3286-5913
46	Vinícius de Moraes	Rua Sargento Brandão, s/nº, Sotelândia	3316-5084
47	Wilson Alves do Nascimento	Av. São Benedito, 19, Flexal I	3226-9214

APÊNDICE B – LISTA DE CMEI DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

MUNICÍPIO DE VITÓRIA			
	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
1	CMEI Darcy Castello de Mendonça	Rua Francisco de Araújo Machado, 11, Antônio Honório	3327-0469
2	CMEI Álvaro Fernandes Lima	Rua Manoel Ferreira Constantino 1, 80, Bela Vista	3332-1432
3	CMEI Darcy Vargas	Rod Serafim Derenzi, 610, Bela Vista	3222-1878
4	CMEI Dr. Pedro Feu Rosa	Rua Doutor Alúcio de Menezes, 298, Bonfim	3223-9369
5	CMEI Sinclair Phillips	Srv Vitória Sant´ana Ribeiro, 30, Caratoira	3322-2444
6	CMEI Carlita Corrêa Pereira	Rua Filomeno Ribeiro, 221, Centro	3322-0729
7	CMEI Dr. Denizart Santos	Av Jurema Barroso, 215, Centro	3322-1033
8	CMEI Menino Jesus	Rua Sete de Setembro, 321, Centro	3223-5059
9	CMEI Laurentina Mendonça Corrêa	Rua Professora Anízia Corrêa Rocha, 120, Consolação	3325-3188
10	CMEI Maria Goretti Coutinho Cosme	Rua Lisandro Nicoletti, 199, Cruzamento	3222-3398
11	CMEI Ernestina Pessoa	Rua Loren Reno, 115, Do Moscoso	3222-1792
12	CMEI Odila Simões	Rua São João, 639, Do Quadro	3332-6037
13	CMEI Robson José Nassur Peixoto	Esc Ilma de Deus, 155, Forte São João	3322-0265
14	CMEI Jacyntha Ferreira de Souza Simões	Rua José Alves, S/N, Goiabeiras	3327-0465
15	CMEI Eldina Maria Soares Braga	Rua Presidente, 103, Grande Vitória	3322-3362
16	CMEI Silvanete da Silva Rosa Rocha	Rod Serafim Derenzi, 3350, Grande Vitória	3233-7586
17	CMEI Professor Carlos Alberto Martinelli de Souza	Rua Desembargador Ernesto da Silva Guimarães, 45, Gurigica	3215-0446
18	CMEI Magnólia Dias Miranda Cunha	Rua Felicidade Correia dos Santos, 2, Ilha das Caieiras	3322-3720
19	CMEI Luiz Carlos Grecco	Ld Manoel Mindela, 340, Ilha de Santa Maria	3322-2162
20	CMEI Yolanda Lucas da Silva	Rua Canoeiros, 339, Inhanguetá	3323-7774

2 1	CMEI Rubens Duarte de Albuquerque	Rua Daniel Abreu Machado, 765, Itararé	3324-6533
2 2	CMEI Santa Rita de Cássia	Rua Argeu Farias Gomes, 62, Itararé	3382-6901
2 3	CMEI Theodoro Faé	Rua Carlos Bonissi, 62, Itararé	3317-3572
2 4	CMEI Ana Maria Chaves Colares	Rua Oswaldo Bastos de Souza Freitas, Jardim Camburi	3137-9027
2 5	CMEI João Pedro de Aguiar	Rua Júlia Lacourt Penna, Jardim Camburi	3337-3316
2 6	CMEI Rubens José Vervloet Gomes	Pc Coronel Leôncio Vieira de Rezende, S/N, Jardim Camburi	3337-1343
2 7	CMEI Zenaide Genoveva Marcarini Cavalcanti	Av Doutor Pedro Feu Rosa, 421, Jardim da Penha	3227-1965
2 8	CMEI Lídia Rocha Feitosa	Rua Afonso Sarlo, 63, Jesus de Nazareth	3325-4240
2 9	CMEI Dr. Thomaz Tommasi	Rua José Daniel Nunes, 97, Joana D'arc	3325-5086
3 0	CMEI Reinaldo Ridolfi	Rua Professor Renato Ribeiro dos Santos, 265, Maria Ortiz	3327-0473
3 1	CMEI Luíza Pereira Muniz Corrêa	Av Dário Lourenço de Souza, 760, Mário Cypreste	3322-3383
3 2	CMEI Cecília Meireles	Rua Francisco Rubim, 680, Monte Belo	3322-2045
3 3	CMEI Rubem Braga	Rua Lauro Cunha Freire, 87, Monte Belo	3323-1620
3 4	CMEI Zilmar Alves de Melo	Rua São Felipe, Nova Palestina	3332-7039
3 5	CMEI Professora Cida Barreto	Av Saturnino Rangel Mauro, 755, Pontal de Camburi	3135-1029
3 6	CMEI Dom João Batista da Motta e Albuquerque	Ld Anthero Braído, 110, Praia do Suá	3325-8407
3 7	CMEI Geisla da Cruz Militão	Rod Serafim Derenzi, 4724, Redenção	3332-6766
3 8	CMEI Marlene Orlande Simonetti	Pc Therezinha Grecchi, República	3327-4410
3 9	CMEI Anísio Spínola Teixeira	Rua América do Sul, 12, Resistência	3325-9079
4 0	CMEI Terezinha Vasconcellos Salvador	Av Vitória, S/N, Romão	3322-2148
4 1	CMEI Zélia Viana de Aguiar	Rua José Farias, S/N, Santa Luíza	3227-4848
4 2	CMEI Maria Nazareth Menegueli	Rua Léa, S/N, Santa Martha	3325-5425
4 3	CMEI Padre Giovanni Bartesaghi	Rua Felicidade Correia dos Santos, 300, Santo André	3322-3497

4	CMEI Valdívia da Penha	Rua São Marcos, 55, Santos	3132-7176
4	Antunes Rodrigues	Dumont	
4	CMEI Nelcy da Silva	Rua João Azevedo, 300, São	3225-8843
5	Braga	Cristóvão	
4	CMEI Ocarlina Nunes	Rua Luiz Gomes Tavares, S/N,	3325-5433
6	Andrade	São Cristóvão	
4	CMEI Georgina da	Rod Serafim Derenzi, 5000, São	3323-9336
7	Trindade Faria	José	
4	CMEI Gilda de Athayde	Rua Guilherme Bassini, 305, São	3322-2766
8	Ramos	Pedro	
4	CMEI Jacy Alves Fraga	Rua Herlon Bastos, 13,	3132-7161
9		Tabuazeiro	

APÊNDICE C – LISTA DE CMEI DO MUNÍCIPIO DE SERRA

MUNICÍPIO DE SERRA			
	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
1	CMEI. A Pequena Manjedoura	R. Principal, José de Anchieta	3241-2332/9.9719-3240
2	CMEI. Agnes Neves Coutinho	R. Guarapari, s/nº, Nova Almeida	3253-2726/9.9719-3863
3	CMEI. Amélia Pereira	R. Santa Rita, s/nº, Jardim Tropical	3228-3639/9.9880-5354
4	CMEI. Antônio Laia da Silva	R. Santa Rita, 2049, Jardim Tropical	3241-2317/ 9.9719-2017
5	CMEI. Bem-Me-Quer	R. Rio Negro, s/nº, Bairro Hélio Ferraz	3238-1125/ 9.9719-4701
6	CMEI. Carlos Roberto Oliveira de Souza	Av. Presidente Alves, s/nº, Vila Nova de Colares	3252-3258
7	CMEI. Central Carapina	Av. David Mauro, s/nº, Central Carapina	3241-2329
8	CMEI. Cora Coralina	R. Moscou, s/nº, PQ Res Tubarão	3341-3926/ 9.9763-8710
9	CMEI. Criança Feliz	Av. Muriaé, s/nº, Nova Carapina	3218-1422/ 9.9838-4364
10	CMEI. Curumim	Av. Porto Seguro, s/nº, Jardim Carapina	3241-4262
11	CMEI. Edvaldo Lima dos Santos	R. Corina da Penha P. Ribeiro, s/nº, Barro Branco	3282-6520/ 9.9878-0890
12	CMEI. Espaço Feliz	R: Leotonia, s/nº, Cidade Continental/Setor Europa	3341-6551/ 9.9857-5664
13	CMEI. Geanderson Jesuino dos Santos	R. Topázio, s/nº, Vista do Mestre	3341-9245
14	CMEI. Gente Miúda	R. das Cidreiras, s/nº, Feu Rosa	3243-6052/ 9.9839-4263
15	CMEI. Geralda Carvalho Patrocínio	R. Tupi, 692, Planalto Serrano - BL C	3291-7754/ 9.9763-5641
16	CMEI. Girassol	R. Baixo Guandu, s/nº, Vista da Serra	3251-4207/ 9.9836-0923
17	CMEI. Helena Moreira Corrêa	R. Carcara, s/nº, Serra Dourada III	3341-1464/ 9.9926-2941
18	CMEI. Infância Feliz	Av. Rio Doce, s/nº, El'Dourado	3341-5288/ 9.9841-0404
19	CMEI. Integração Maringá e Mata da Serra	R: Cacú, 275, Mata da Serra	3341-1055/ 9.9839-2469
20	CMEI. Jocila Pereira Amorim	Av. Brasília, s/nº, Planalto Serrano - BI B	3291-8381/ 9.9852-3808
21	CMEI. Jorge Sant'Ana Corrêa	R. Arapongas, s/nº, Costa Bela	3252-8499
22	CMEI. José Luiz de Deus Amado	R. Elias Tomas, s/nº, Boa Vista	3338-9707/9.9859-8723
23	CMEI. José Valter	R UU, 211, Chácara Parreiral	3241-5635/ 9.9834-3767

24	CMEI. Jurandir Gama Borges	R. das Cravinas s/nº, Bairro Cascata	3291-5185/ 9.9946-3798
25	CMEI. Letícia Pedro	R. São Pedro, s/nº, Jacaraípe I	3243-2458/ 9.9867-2888
26	CMEI. Luciano de Souza Rangel	R: Guilherme de Almeida, s/nº, Pq Res. Laranjeiras	3328-2526/ 9.9803-6860
27	CMEI. Marília Modesto Monteiro	Av. Região Nordeste, s/nº, Barcelona	3341-7512/ 9.9864-8057
28	CMEI. Marina do Nascimento Camilo (Antigo Caminho do Futuro)	Av. Vereador Jorge Cassulo, s/nº, Campinho da Serra II	3291-5622/ 9.9852-0404
29	CMEI. Meninos com Jesus	R. Maceió, s/nº, São Marcos II	3251-6223/ 9.9983-6237
30	CMEI. Mônica	R: Maestro Manoel Xavier, Caçaroca	3251-7533/ 9.9809-2759
31	CMEI. Moranguinho	R. Vitória-Régia, s/nº, Bairro Feu Rosa	3243-1415/ 9.9867-7686
32	CMEI. Nilda Vanette	R: Alegre, s/nº, Valparaíso	3318-8423/ 9.9811-0102
33	CMEI. Oceania	R. dos Cangurus, s/nº, Cidade Continental/Setor Oceania	3338-6642/ 9.9893-4041
34	CMEI. Olinda Rosa da Silva	R. João Pinheiro, s/nº, Nova Carapina I	3318-7535/ 9.9892-6908
35	CMEI. Olindina Leão Nunes	R. Salvino Rosa, s/nº, Taquara I	3341-7517/ 9.9886-6757
36	CMEI. Penélope	R. Nelcy Lopes Vieira, s/nº, Jardim Limoeiro	3338-3387/ 9.9833-0404
37	CMEI. Pimpolho	R. 20, quadra Y, Jardim Bela Vista	3251-5651/ 998195985
38	CMEI. Primavera	R. 04, s/nº, Laranjeiras Velha	3281-5563/9.9859- 9401
39	CMEI. Primeiro Passo	Av. dos Índios, s/nº, Cidade Continental/Setor América	3238-7751/9.9815- 1051
40	CMEI. Profª Alaide Alvarenga Lirio Rocha	R: Nossa Senhora de Fátima, Boa Vista/Nv. Almeida	3253-2383/9.9719- 3565
41	CMEI. Profª Angelina Vasconcellos Machado	R. Olavo Bilac, s/nº, Bairro São Diogo	3138-8636
42	CMEI. Profª Maria Amélia da Conceição Rosa	Av. Vitória, s/nº, Praia de Carapebus	3338-1247/9.9615- 5247
43	CMEI. Profª. Dilza Maria de Lima	Rod. Laranjeiras, s/nº, Bairro Nova Zelândia	3245-5779/9.9888- 3265
44	CMEI. Profª. Leila Theodoro	R. STU, s/nº, Novo Horizonte	3228-2543/ 9.9885-6794
45	CMEI. Profª. Maria Angela Teixeira Simões	R. Todos os Santos, s/nº, Jacaraípe II	3252-1410/9.9818- 4548
46	CMEI. Profª. Maria Hilda Aleixo	R. Santa Luzia, 11, Carapina Grande	3241-2338/9.9803- 6537
47	CMEI. Profª. Maria José do Nascimento	R. Santa Rita, s/nº, São Domingos	3291-5196/9.9807- 4684
48	CMEI. Profª. Sandra Mª Nepomuceno Dallabernardina	R. Araças, s/nº - Balneário de Carapebus	3241-5236/ 998222959

49	CMEI. Profª. Vera Calmon Mattedi	R. das Acácias, 68, Serra Dourada II	3328-6668/ 9.9763-7396
50	CMEI. Profª. Vera Lucia Lorençon Barcelos	R. São Lucas,Qd 102 A, s/nº, Das Laranjeiras/Jacaraípe	3252-7015/9.9833-4427
51	CMEI. Raio de Sol	R. B, s/nº, André Carloni	3241-2339/ 9.9800-4181
52	CMEI. Regional São Lourenço	CMEI. Regional São Lourenço	3291-8770/9.9890-4381
53	CMEI. Regional Silvestre Marques de Azevedo	R: Tirí ,s/nº, Cidade Pomar	3282-1483/9.9871-9918
54	CMEI. São Patricio	R: Águas Marinhas, 691, São Patrício	3252-7009/9.9872-1602
55	CMEI. Sonho Dourado	Av. Belo Horizonte, s/nº, Serra Dourada	3341-7591/9.9874-2194
56	CMEI. Tio Leandro	R. 13 de Maio, 69, Taquara II	3241-8133/9.9855-4757
57	CMEI. Vila Nova de Colares	R: Alfredo Galeno,s/nº, Vila Nova Colares	3252-7679/ 9.9735-7612
58	CMEI. Vovó Enadina Francisca Porciliana	R. Samora, S/N, Cidade Continental/Setor África	3338-1388/ 9.9735-8235
59	CMEI. Vovô Reilly Duarte	Bairro: Miguel José ,s/nº, Pitanga	3341-1811/ 9.9889-8059
60	CMEI. Vovó Ritinha	R. Mestre Álvaro, s/nº, Manguinhos	3243-3677/ 9.9872-8249
61	CMEI. Zelinda Regina Biazutti Leite	Av. Bela Vista, s/nº, Planalto Serrano/ BI A	3251-5346/ 9.9889-5542
62	CMEI. Zilda Arns	R.dos Eucaliptos, BI A, Feu Rosa	3245-3982/ 9.9884-8812
63	Pré-Escola José de Anchieta II	R.Paraíba, s/nº, José de Ancheita II	3318-1781/ 9.9202-5305